

ANO 9 - NÚMERO 119 - SETEMBRO 2024

xapuri

SOCIOAMBIENTAL

Distribuição: 15 set a 14 out/24

ELEIÇÕES 2024: CANDIDATURAS FEMININAS AVANÇAM, MAS A DESIGUALDADE PERSISTE

p. 08

BIODIVERSIDADE

Gralha-cancã:
no Cerrado tem, também!

p. 15

CERRADO

Cerrado: o que fazer para
salvar o que ainda resta?

p. 18

POLÍTICA

Adriana Accorsi:
uma mulher de luta

p. 48

**A Fenaé está há mais de
cinco décadas ao lado do
empregado da Caixa.**

**Acompanhamos as
lutas e caminhamos
juntos em defesa dos
bancários da Caixa.**

**Defendemos a Caixa
pública, forte e social
para um Brasil melhor.**



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



Conheça mais
sobre a Fenaef,
aponte a câmera
do seu celular
para o QR Code.

Acesse e saiba mais::



/fenaefederacao



@fenaefederacao



www.fenaef.org.br



/company/fenae-federacao



(61) 98142 8428

Uma revista pra chamar de nossa

Era novembro de 2014. Primeiro fim de semana. Plena campanha da Dilma. Fim de tarde na RPPN dele, a Linda Serra dos Topázios. Jaime e eu começamos a conversar sobre a falta que fazia termos acesso a um veículo independente e democrático de informação.

Resolvemos fundar o nosso. Um espaço não comercial, de resistência. Mais um trabalho de militância, voluntário, por suposto. Jaime propôs um jornal; eu, uma revista. O nome eu escolhi (ele queria Bacurau). Dividimos as tarefas. A capa ficou com ele, a linha editorial também.

Correr atrás da grana ficou por minha conta. A paleta de cores, depois de larga prosa, Jaime fechou questão – “nossas cores vão ser o vermelho e o amarelo, porque revista tem que ter cor de luta, cor vibrante” (eu queria verde-floresta). Na paz, acabei enfiando um branco.

Fizemos a primeira edição da *Xapuri* lá mesmo, na Reserva, em uma noite. Optamos por centrar na pauta socioambiental. Nossa primeira capa foi sobre os povos indígenas isolados do Acre: *Isolados, Bravos, Livres: Um Brasil Indígena por Conhecer*. Depois de tudo pronto, Jaime inventou de fazer uma outra boneca, “porque toda revista tem que ter número zero”.

Dessa vez finquei pé, ficamos com a capa indígena. Voltei pra Brasília com a boneca praticamente pronta e com a missão de dar um jeito de imprimir. Nos dias seguintes, o Jaime veio pra Formosa, pra convencer minha irmã Lúcia a revisar a revista, “de grátis”. Com a primeira revista impressa, a próxima tarefa foi montar o Conselho Editorial.

Jaime fez questão de visitar, explicar o projeto e convidar pessoalmente cada conselheiro e cada conselheira (até a doença agravar, nos seus últimos meses de vida, nunca abriu mão dessa tarefa). Daqui rumamos pra Goiânia, para convidar o arqueólogo Altair Sales Barbosa, nosso primeiro conselheiro. “O mais sabido de nós”, segundo o Jaime.

Trilhamos uma linda jornada. Em 80 meses, Jaime fez questão de decidir, mensalmente, o tema da capa e, quase sempre, escrever ele mesmo. Às vezes, ligava pra falar da ótima ideia que teve, às vezes sumia e, no dia certo, lá vinha o texto pronto, impecável.

Na sexta-feira, 9 de julho, quando preparávamos a *Xapuri* 81, pela primeira vez em sete anos, ele me pediu para cuidar de tudo. Foi uma conversa triste, ele estava agoniado com os rumos da doença e com a tragédia que o Brasil enfrentava. Não falamos em morte, mas eu sabia que era o fim.

Hoje, cá estamos nós, sem as capas do Jaime, sem as pautas do Jaime, sem o linguajar do Jaime, sem o jaimês da *Xapuri*, mas na labuta, firmes na resistência. Mês sim, mês sim de novo, como você sonhava, Jaiminho, carcamos porva e, enfim, chegamos à nossa edição número 100. E, depois da *Xapuri* 100, como era desejo seu, a gente segue esperneando.

Fica tranquilo, camarada, que por aqui tá tudo direitinho.



Arthur Wentz Silva
Estagiário



Emir Bocchino
Diagramador



Igor Strochit
Diagramador



Janaina Faustino
Gerente Executiva



Lúcia Resende
Revisora



Maria Leticia Marques
Redatora

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental - Comunicação de Resistência Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.814.-500 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: Edição Impressa - 1.000 - 5.000. Envio Eletrônico - 100.000. Circulação: Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info. Distribuição: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.



ELEIÇÕES 2024: CANDIDATURAS FEMININAS AVANÇAM, MAS A DESIGUALDADE PERSISTE

Entre fumaça e seca, neste clima de fim de mundo que deixa o Brasil inteiro sem condições de respirar, setembro é o mês que, este ano, por todos os municípios do país, o povo ouve propostas e se prepara para votar em vereadores, vereadoras, prefeitos e prefeitas nas eleições municipais de 6 de outubro.

Nós, aqui na *Xapuri*, em uma matéria escrita por Zezé Weiss e Maria Leticia Marques, com a colaboração de Janaina Faustino, nos debruçamos sobre a participação das mulheres nos últimos processos eleitorais nos municípios para, sobretudo, ver se há algum avanço, pelo menos estatístico, nas candidaturas femininas para as prefeituras.

O que encontramos, você vai ler na matéria: pequenos avanços aqui e acolá, principalmente na região Nordeste, mas, ainda assim, uma desigualdade gigante no percentual de candidatas Brasil afora. Com apenas 38 candidatas ao cargo de prefeita nas 26 capitais brasileiras, obviamente o percentual de mulheres eleitas em 2025 não vai mudar a sub-representação feminina nos mandatos que começam em 2025.

Mas é preciso insistir e resistir! Como nossa contribuição para que as coisas de alguma forma mudem, publicamos os nomes e fotos das candidatas à prefeitura nas capitais brasileiras, com um destaque especial para Adriana Accorsi, candidata a prefeita de Goiânia pela Federação Brasil da Esperança em Goiás, por ser neste estado que fica a sede da *Xapuri*.

Dias Mulheres virão!

Boa leitura!



Zezé Weiss – Jornalista
Editora da *Revista Xapuri*

Jaime Sautchuk – Editor (*in memoriam*)

COLABORADORES/AS - SETEMBRO

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. **Antenor Pinheiro** – Geógrafo. **Arthur Wentz e Silva** – Estudante. **Bia de Lima** – Parlamentar. **Eduardo Pereira** – Sociólogo. **Emir Bocchino** – Designer. **Emir Sader** – Sociólogo. **Iêda Leal** – Gestora Pública. **Igor Storch** – Designer. **Iolanda Rocha** – Educadora. **Janaina Faustino** – Gestora Ambiental. **José Bessa Freire** – Escritor. **José Gil Barbosa Terceiro** – Folclorista. **Leonardo Boff** – Ecoteólogo. **Lúcia Resende** – Professora. **Marcos Zibordi** – Jornalista. **Maria Leticia Marques** – Ambientalista. **Rodrigo Britto** – Sindicalista. **Zezé Weiss** – Jornalista.



CONSELHO EDITORIAL

Adair Rocha - Professor Universitário. **Adrielle Saldanha** - Geógrafa. **Ailton Krenak** - Escritor. **Altair Sales Barbosa** - Arqueólogo. **Ana Paula Sabino** - Jornalista. **Andrea Matos** - Sindicalista. **Angela Mendes** - Ambientalista. **Antenor Pinheiro** - Jornalista. **Binho Marques** - Professor. **Cleiton Silva** - Sindicalista. **Dulce Maria Pereira** - Professora. **Edel Moraes** - Ambientalista. **Eduardo Meirelles** - Jornalista. **Elson Martins** - Jornalista. **Emir Bocchino** - Arte finalista e Diagramador. **Emir Sader** - Sociólogo. **Gomercindo Rodrigues** - Advogado. **Graça Fleury** - Socióloga. **Hamilton Pereira da Silva (Pedro Tierra)** - Poeta. **Iêda Leal** - Educadora. **Jacy Afonso** - Sindicalista. **Jair Pedro Ferreira** - Sindicalista. **José Ribamar Bessa Freire** - Escritor. **Júlia Feitoza Dias** - Historiadora. **Kretã Kaingang** - Líder Indígena. **Laurenice Noleto Alves (Nonô)** - Jornalista. **Lucélia Santos** - Atriz. **Lúcia Resende** - Revisora. **Marcos Jorge Dias** - Escritor. **Maria Félix Fontele** - Jornalista. **Maria Maia** - Cineasta. **Rosilene Corrêa Lima** - Jornalista. **Traiano Jardim** - Jornalista. **Zezé Weiss** - Jornalista.



IN MEMORIAM:

Jaime Sautchuk - Jornalista. **Iêda Vilas-Bôas** - Escritora.
Samuel Pinheiro Guimarães Neto - Diplomata.



CONSELHO GESTOR

Agamenon Torres Viana - Sindicalista. **Eduardo Pereira** - Produtor Cultural. **Iolanda Rocha** - Professora. **Janaina Faustino** - Gestora Ambiental. **Joseph Weiss** - Eng. Agro. PhD.





Xapuri

SOCIOAMBIENTAL

119

SET 24

08 **CAPA**
Eleições 2024: candidaturas femininas avançam, mas a desigualdade persiste

20 **AMAZÔNIA**
Garimpo ilegal aumenta malária na Amazônia

15 **BIODIVERSIDADE**
Gralha-cancã: no Cerrado tem, também!

21 **CONSCIÊNCIA NEGRA**
Primeiras greves negras: picadas abertas para a resistência

18 **CERRADO**
Cerrado: o que fazer para defender o que ainda resta?

22 **ECOLOGIA**
A fauna extinta do Paraíso

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: “Rio antes”, ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

24 **FOTOGEOGRAFIA**
Espaço compartilhado

25 **MEMÓRIA**
Alzira Soriano: a primeira prefeita do Brasil

28 **GEOPOLÍTICA**
As novas rotas da seda

32 **CULTURA**
Acervo PhotoAmazônica: a Amazônia na fotografia de Leonide Príncipe

36 **ELEIÇÕES**
Eleições 2024: TSE atualiza regras para ambiente digital

40 **SUSTENTABILIDADE**
Travessias necessárias para uma sociedade biocentrada

42 **LITERATURA**
Taturaia e o chá da Maroca: entre mpox e basófilos

45 **MITOS E LENDAS**
O piano que toca sozinho

48 **POLÍTICA**
Adriana Accorsi: uma mulher de luta



ELEIÇÕES 2024:

CANDIDATURAS FEMININAS AVANÇAM, MAS A DESIGUALDADE PERSISTE

— Zezé Weiss, Maria Leticia Marques, Janaina Faustino

Não tem caminho que eu não ande. E não tem rio que eu não atravesse. E nem tem pau que eu não arranque. E nem tem pedra que eu não quebre...

Força das Águas – Canção do hinário do Santo Daime.

Versão similar encontrada também nos cantos rituais dos pajés Tremembé.

Nós, mulheres, somos maioria em nosso país. Os dados do Censo Demográfico (IBGE – 2022) registram que a população brasileira é composta por 104,5 milhões de mulheres (51,5%) e 98,5 milhões de homens (48,5%).

Ou seja, o Brasil tem seis milhões de mulheres a mais do que homens. Somos duas vezes mais mulheres do que a população de Brasília (2,8 milhões de habitantes), a terceira cidade mais populosa do país.

Somos, também, maioria entre as pessoas que votam. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Brasil tem cerca 81,8 milhões de eleitoras, aproximadamente 53% do universo votante, enquanto os homens são 74,1 milhões, o que corresponde a 47% do eleitorado brasileiro.

Segundo dados do Cfemea, quase 62% dos municípios têm maioria do

eleitorado feminino, sendo Maceió cidade com maior proporção de mulheres eleitoras, 55%, e São Paulo o estado que lidera em número de eleitoras, mas o quarto colocado no ranking de maior proporção feminina. Na outra ponta, segundo o Cfemea, aparece o Pará com a menor proporção feminina.

Entretanto, esses dados estatísticos e eleitorais não refletem a realidade no comando das prefeituras brasileiras. De acordo com o Instituto Alziras, os homens são prefeitos de 88% dos municípios, enquanto as mulheres estão na chefia de apenas 12% das prefeituras, e as mulheres negras governam apenas 4% dos municípios.

O Estado brasileiro, por meio da Justiça Eleitoral, vem tentando reduzir essa desigualdade. O TSE determina (Lei 13.487, de 2017), que

os partidos tenham, no mínimo, 30% de candidatas mulheres e destinem 30% do fundo eleitoral para os gastos das campanhas femininas.

O TSE tenta, também, coibir o fenômeno das chamadas “candidaturas-laranja”, em que mulheres são registradas como candidatas, mas, de fato, não concorrem, apenas passam os recursos para as candidaturas masculinas ou para outras finalidades de seus partidos.

As candidatas não podem, por exemplo, ter votação zerada ou inexpressiva, apresentar prestação de contas idêntica a outra e deixar de divulgar suas próprias campanhas. Caso um desses fatores seja identificado, o Tribunal pode aplicar penas como cassar o registro dos candidatos da legenda, tornar inelegíveis aqueles ou aquelas que, no entendimento,

colaborarem com a prática e, ainda, anular os votos obtidos pelo partido.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO SÉCULO XXI

O número de candidaturas femininas cresceu nas últimas sete disputas eleitorais municipais, entre 2000 e 2024. Em 2000, foram 1.150 candidatas, o que correspondeu a 8% do total de candidaturas. O percentual de mulheres candidatas em relação ao total aumentou ao longo das eleições: Em 2004, foram 10%; em 2008, 11%; em 2012, 2016 e 2020, 13%; e em 2024, 15%.

Os resultados eleitorais, entretanto, permaneceram no mesmo patamar, entre os 11 e 12% nos últimos pleitos. Entre os 5.568 municípios brasileiros, apenas 641 elegeram mulheres como prefeitas em 2016, 11,57% do total, com uma queda em relação a 2012, pleito em que foram eleitas 659 mulheres.

Em 2020, as primeiras eleições municipais com cota de 30%, exigência de pelo menos 30% dos fundos eleitoral e partidário e de 30% do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV para as candidaturas femininas, foram eleitas 658 prefeitas (11,8%), uma a menos que em 2012 e 17 a mais que em 2016. Estaticamente não regredimos, mas não conseguimos passar a barreira dos 12%.

Em depoimento à Agência Senado, o senador Paulo Paim (PT-RS) apontou, à época, como um dos problemas mais sérios enfrentados pelas mulheres candidatas em 2020 o fato de que os partidos não repassaram os 30% do Fundo Eleitoral para as candidatas, em particular para as candidatas negras que, destaca o senador, sofreram “mais uma forma de violência” e foram as mais prejudicadas.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM 2024

De acordo com o TSE, o Brasil tem mais de 115 milhões de brasileiros e brasileiras em condições de ir às urnas em 2024. Já o número de eleitores e eleitoras com direito ao voto facultativo está na casa

de 22 milhões, dentre os quais 12 milhões são mulheres.

Em nosso país, o voto é obrigatório a partir dos 18 anos. Para pessoas maiores de 70 anos e jovens com idade entre 16 e 18 anos, o voto é facultativo.

Dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), divulgados em matéria do G1, registram 2024 como o ano eleitoral com o maior percentual, 15% das vagas, de candidaturas femininas para as prefeituras desde 2000.

No total, a Justiça Eleitoral registra 15.455 candidaturas a prefeito ou prefeita. Dessas, 2.311 são de mulheres, o que corresponde a 15% do total. As candidaturas femininas estão distribuídas por 1.947 municípios. Outro dado é que, em 2024, 18% das candidatas concorrem à reeleição. O número de mulheres candidatas só supera o de homens em 189 municípios.

Em 101 municípios, a disputa vai envolver somente mulheres. Em 24 municípios, segundo a CNM, há apenas uma candidatura registrada e só tem uma mulher disputando, portanto, em candidatura única. Apenas em 35% dos municípios há pelo menos uma candidata na disputa.

O Nordeste é, segundo a CNM, a região com o maior percentual de candidatas, 37%. Em seguida, vêm as regiões Sudeste (28%), Sul (17%), Norte (10%) e Centro-Oeste (8%). Mais da metade das candidatas (52%) são de cinco partidos: MDB (13%), PT (11%), PSD (10%), PL (9%) e União Brasil (9%).

A CNM também divulgou o perfil das candidatas em 2024. Na maioria elas se declaram empresárias, advogadas, servidoras e professoras, têm idade média de 49 anos, são casadas (56%), têm curso superior completo (79%) e se dizem brancas (62%).

CANDIDATAS NAS CAPITAIS

Dados do Instituto Alziras mostram que, das 26 capitais de estados

brasileiros, nos últimos dois pleitos eleitorais, somente duas, ambas no norte do país, elegeram mulheres para comandar suas prefeituras.

Em 2016, a turismóloga Teresa Surita (PMDB) foi reeleita no 1º turno com 79,39% para a prefeitura de Boa Vista (RR). Maria Teresa Sáenz Surita Guimarães foi primeira-dama do estado na gestão do então governador Romero Jucá, elegeu-se prefeita da capital por cinco vezes e deputada federal por Roraima por dois mandatos.

Em 2020, a fonoaudióloga e empresária Cinthia Ribeiro (PSB) obteve 36,24% dos votos para o executivo de Palmas (TO). Eleita vice-prefeita em 2016, desde 2018 Cinthia Alves Caetano Ribeiro já ocupava o cargo de prefeita de Palmas, em substituição ao prefeito eleito, Carlos Amasha, que, depois de um ano e três meses como prefeito, renunciou ao cargo para disputar o governo do estado.

Os resultados nas capitais refletem a disparidade nacional. Mesmo com o incentivo da Justiça Eleitoral, as mulheres são ampla minoria na disputa eleitoral de 2024.

Em 2024, o TSE atualizou as normas para prevenir fraude na cota de gênero, mas, ainda assim, tomando-se por referência apenas as capitais, um levantamento realizado em 8 de agosto pela *Revista Xapuri* mostra que apenas 38 mulheres estão na disputa para o cargo de prefeita nas 26 capitais dos estados brasileiros.

REGIÃO NORTE

Dentre as mulheres candidatas, nove são da Região Norte: Belém, 2; Boa Vista, 1; Macapá, 2; Palmas, 2; e Porto Velho, 2. Manaus e Rio Branco não registraram candidaturas femininas. Com relação à filiação partidária, são: 2 do partido União Brasil (RO, RR); uma do Republicanos (AP); uma do PSDB (AP); uma do PL (TO); uma do MDB (RO); uma da UP (PA); e uma do PSTU (PA).



REGIÃO NORTE

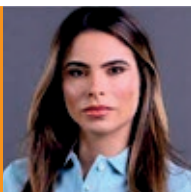
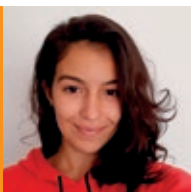
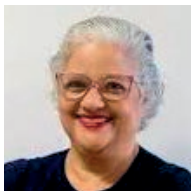
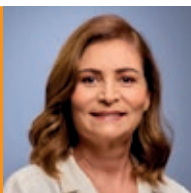
CAPITAL	ESTADO	CANDIDATA	PROFISSÃO/CARGO	PARTIDO
Belém	PA	Raquel Bricio	Guarda portuária	UP
		Wellington Macêdo	Jornalista	PSTU
Boa Vista	RR	Catarina Guerra	Advogada; deputada estadual	União Brasil
Macapá	AP	Aline Gurgel	Secretária de Assistência Social	Republicanos
		Patricia Ferraz	Deputada federal	PSDB
Palmas	TO	Janad Valcari	Deputada estadual	PL
		Lúcia Viana	Advogada; ex-servidora pública federal por 34 anos	PSOL
Porto Velho	RO	Euma Tourinho	Juiza de Direito	MDB
		Mariana Carvalho	Médica	União Brasil

REGIÃO NORDESTE

A Região Nordeste tem 11 candidatas, o maior número em todas as capitais: Aracaju, 5; Maceió, 2; Natal, 1; Recife, 3; Salvador, 1; São Luís, 1; Teresina, 1. Aracaju é a capital brasileira com o maior número de mulheres candidatas. As mulheres candidatas

nas capitais do Nordeste concorrem pelos seguintes partidos: PT, 2 (SE, RN); PSOL, 2 (SE, PE); MDB, 1 (SE); PL, 1 (SE); PSTU, 1 (PE); UP, 2 (AL, PE); e PCO, 1 (AL). Fortaleza e João Pessoa não registraram candidaturas femininas.



	NIULLY CAMPOS PSOL-SE		YANDRA MOURA União-SE		NINA TENÓRIO PCO-AL
	LENILDA LUNA UP-AL		NATÁLIA BONAVIDES PT-RN		DANI PORTELA PSOL-PE
	LUDMILLA OUTTES UP-PE		SIMONE SANTANA PSTU-PE		ESLANE PAIXÃO UP
	FLÁVIA ALVES SDD		LOURDES MELO PCO		

REGIÃO NORDESTE

CAPITAL	ESTADO	CANDIDATA	PROFISSÃO/CARGO	PARTIDO
Aracaju	SE	Candisse Carvalho	Jornalista; ex-repórter de TV; assessora do Ministério do Desenvolvimento Social	PT
		Delegada Danielle	Delegada de polícia; ex-diretora da Deotap-SE; ex-instrutora na Senasp	MDB
		Emília Corrêa	Advogada; defensora pública aposentada; apresentadora de TV; vereadora de Aracaju	PL
		Niully Campos	Advogada; professora	PSOL
		Yandra Moura	Advogada; deputada federal	União Brasil
Maceió	AL	Nina Tenório	Vendedora de Comércio Varejista	PCO
		Lenilda Luna	Jornalista; servidora pública; pedagoga.	UP
Natal	RN	Natalia Bonavides	Advogada; feminista; deputada federal	PT
Recife	PE	Dani Portela	deputada federal	PSOL
		Ludmilla Outtes	Presidenta do Sindicato dos Enfermeiros no Estado de Pernambuco (Seepe); coordenadora do Movimento Luta de Classes (MLC)	UP
		Simone Santana	Pedagoga	PSTU

Salvador	BA	Eslane Paixão	Ativista da Ocupação Luisa Mahin; presidenta Estadual da UP na Bahia	UP
São Luís	MA	Flávia Alves	Advogada; pedagoga	SDD
Teresina	PI	Lourdes Melo	Professora	PCO

REGIÃO SUDESTE

No Sudeste, são oito candidatas: Belo Horizonte, 3; Rio de Janeiro, 2; São Paulo, 2; e Espírito Santo, 1. Com relação aos partidos: PDT, 1 (MG); UP, 2 (MG, RJ); PCO, 1 (MG); Novo, 2 (RJ, SP); PSB, 1 (SP); e PSOL, 1 (ES).

	DUDA SALABERT PDT-MG		INDIRA XAVIER UP-MG
	LOURDES FRANCISCO PCO-MG		CAROL SPONZA Novo-RJ
	JULIETE PANTOJA UP-RJ		MARINA HELENA Novo - SP
	TÁBATA AMARAL PSB-SP		CAMILA VALADÃO PSOL-ES

REGIÃO SUDESTE

CAPITAL	ESTADO	CANDIDATA	PROFISSÃO/CARGO	PARTIDO
Belo Horizonte	MG	Duda Salabert	Professora de literatura; ambientalista. Em 2022, foi eleita uma das primeiras deputadas federais trans da história, junto com Erika Hilton.	PDT
		Indira Xavier	Coordenadora do Movimento de Mulheres Olga Benário (MMOB)	UP
		Lourdes Francisco	Professora; militante do Coletivo de Mulheres Rosa Luxemburgo	PCO
Rio de Janeiro	RJ	Carol Sponza	Advogada; mestre em Política Pública	Novo
		Juliete Pantoja	Professora; educadora popular	UP
São Paulo	SP	Marina Helena	Economista	Novo
		Tábata Amaral	Cientista política; deputada federal	PSB
Vitória	ES	Camila Valadão	Deputada estadual	PSOL

REGIÃO SUL

Na região Sul, há seis candidatas: Paraná, 3; Rio Grande do Sul, 3. Cada candidata concorreu por um partido: PSOL, 1 (PR); PMB, 1 (PR); PP, 1 (PR); PSTU, 1 (RS); PDT, 1 (RS); e PT, 1 (RS). O estado de Santa Catarina não registrou candidatura feminina a prefeita por nenhum partido.



REGIÃO SUL

CAPITAL	ESTADO	CANDIDATA	PROFISSÃO/CARGO ELETIVO	PARTIDO
Curitiba	PR	Andrea Caldas	Professora universitária	PSOL
		Cristina Graeml	Jornalista	PMB
		Maria Vitória	Deputada estadual	PP
Porto Alegre	RS	Fabiana Sanguiné	Auxiliar de enfermagem no Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas	PSTU
		Juliana Brizola	Advogada	PDT
		Maria do Rosário	Deputada federal	PT



REGIÃO CENTRO-OESTE

No Centro-Oeste, foram registradas 4 candidaturas de mulheres: Campo Grande, 2; Goiânia, 2. Em Cuiabá, nenhuma mulher concorre à prefeitura. Entre as candidatas, duas concorrem pelo PT (GO, MS); uma pelo PP (MS); e uma pelo União Brasil (MS).

CENTRO-OESTE

CAPITAL	ESTADO	CANDIDATA	PROFISSÃO/CARGO	PARTIDO
Campo Grande	MS	Adriane Lopes	Prefeita de Campo Grande	PP
		Camila Jara	Deputada federal	PT
		Rose Modesto	Ex-deputada federal	União Brasil
Goiânia	GO	Adriana Accorsi	Advogada; delegada de polícia; deputada federal	PT



POR QUE TAMANHA DESIGUALDADE?

Considerando o mapa das candidaturas femininas apenas nas capitais de estado, fica uma pergunta: Por que, apesar das ações afirmativas recentes do TSE, as mulheres continuam sendo minoria no contexto político?

Segundo a socióloga britânica Pippa Norris, que estudou a sub-representação das mulheres na política, a menor participação das mulheres em relação aos homens pode ser explicada por uma combinação de fatores históricos, sociais, culturais e psicológicos.

Há um histórico de apatização social, onde as mulheres foram excluídas do espaço público, incluindo a política. Durante séculos, as mulheres foram limitadas ao ambiente doméstico, enquanto os homens sempre participavam ativamente de decisões políticas.

Inclusive, o direito ao voto e à participação política efetiva das mulheres nas eleições é uma conquista recente em muitos lugares

do mundo. Em diversos países, o sufrágio feminino só foi garantido no século XX, o que deixou as mulheres com menos tempo de participação política ativa.

No Brasil, o direito de votar só foi conquistado pelas mulheres, depois de muita luta, em 24 de fevereiro de 1932, por meio do Decreto 21.076, que instituiu o Código Eleitoral, criou a Justiça Eleitoral e também o voto secreto, no governo Getúlio Vargas. Mas, de fato, as mulheres só puderam votar e ser votadas em 1933, para a Assembleia Nacional Constituinte, que consolidou o direito ao voto feminino na Constituição de 1934.

Além disso, culturalmente, as meninas e os meninos são socializados de maneiras diferentes. Homens são frequentemente incentivados a se engajarem em áreas competitivas e de liderança, como a política, enquanto mulheres são orientadas a papéis mais voltados para o cuidado e as relações interpessoais.

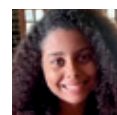
As mulheres muitas vezes não são incentivadas, desde cedo, a

se interessarem por política ou a almejar cargos de liderança, o que pode corroborar para a redução de seu interesse e envolvimento em debates e questões políticas.

Portanto, é importante que haja um fortalecimento de políticas públicas para garantir a participação das mulheres no contexto político, levando em consideração que as consequências da sub-representação das mulheres no Poder Legislativo podem impactar negativamente o avanço das pautas femininas no Brasil.



Zezé Weiss - Jornalista.
Editora da Revista Xapuri.



Maria Letícia Marques - Ambientalista, antirracista e defensora dos direitos humanos. Estudante de Direito. Redatora voluntária da Revista Xapuri.



Janaina Faustino - Gestora Ambiental. Gerente Executiva da Revista Xapuri.



GRALHA-CANCÃ: NO CERRADO TEM, TAMBÉM!

Zezé Weiss

Ver, eu nunca tinha visto. Mas meu filho Eduardo diz que essa lindeza da natureza chega por aqui todo ano, por essas épocas, pra fazer ninho nas mangueiras do quintal.

A que deu as caras essa semana estava mesmo catando ramos em uma moita antiga de orquídea da super pupunheira amarela, que eu trouxe muda miúda lá do Acre, mas que hoje é palmeira grande, para fazer seu ninho.

Só que o bem-te-vi, esse ciumento, achando que o território é só dele, deu bicada a tarde inteira, até que a passarinha resolveu dar um tempo, foi pousar em outra árvore, longe do abusado.

No dia seguinte, lá estava ela, renitente, catando os mesmos ramos, provavelmente para seguir na construção do mesmo ninho, na mesma árvore que escolheu pra botar e chocar seus três ovinhos, por duas semanas e meia.

Resolvi, então, dar uma *googlada* para saber mais sobre a nova vizinha. Descobri que ela é uma ave endêmica do Brasil, conhecida por gralha-cancã, canção, canção de fogo, quem-quem, ou gaio-de-nuca-branca, e que, mesmo sendo muito mais vista na Caatinga, gosta de morar no Cerrado também.

Embora seja uma ave típica do Nordeste, por conta do desmatamento, ela vem se espalhando por outras áreas brasileiras, já foi vista no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em São Paulo, e até aqui em casa, na região metropolitana de Brasília.

O povo daqui que a conhece me diz, em sua dieta, a cancã ama e prefere o fruto do mandacaru, mas que, na falta do suculento, ela se vira comendo insetos, pequenas cobras e até ração de galinha.

Gostei muito de saber que dona cancã é uma ave muito inteligente e esperta, que tem um voo acrobático e que, por ser muito curiosa e barulhenta, fica sempre na espreita e, descobrindo qualquer coisa estranha, faz uma zueira danada, sendo por isso conhecida como a "Voz da Caatinga".

Boas-vindas, gralha-cancã! Vou ficar de olho no bem-te-vi pra ele não importunar os seus filhotes!



Foto: Evaldo Resende/Wikimedia/ divulgação/



Zezé Weiss -
Jornalista.
Editora da
Revista Xapuri.

CATEGORIA BANCÁRIA APROVA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2026

Além da manutenção e dos reajustes de todas as cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) anterior, a categoria bancária considera que alguns avanços foram obtidos na Campanha 2024, como o estabelecimento de prazo para que seja apresentada proposta pelo banco em relação à previdência e assistência de saúde dos oriundos de bancos incorporados. Confira os principais pontos acordados na Convenção Coletiva 2024/2026:

- 1. Elevação do teto da PLR:** A partir da próxima PLR, estará valendo a nova regra, com limite de sete salários por ano. O BB se comprometeu a fazer o pagamento da antecipação da PLR após três dias úteis da assinatura do acordo.
- 2. Rede de negócios:** Revisão dos cargos de assistente de negócios, supervisor de atendimento e caixas. Serão abertas quatro mil vagas para nova função, com jornada de 6 horas, e o salário será maior que o dos caixas. Os caixas serão priorizados na concorrência. Serão criadas 2,7 mil

vagas para o cargo de 8 horas, que terá salário superior ao de supervisor de atendimento. Além disso, na rede de negócios, serão abertas 500 vagas de gerente de relacionamento. Mais de 11 mil funcionários serão impactados pelo aumento salarial.

- 3. Rede de apoio:** Aumento do valor de referência dos cargos de assistente júnior e assistente pleno. Cerca de 4 mil funcionários serão impactados por esse aumento.
- 4. Caixas:** O BB assumiu o compromisso de manter a gratificação de caixa, até dezembro deste ano, para os agentes comerciais que vinham recebendo essa gratificação. Os caixas serão priorizados nas concorrências para novas vagas de assistente de 6 horas, e o salário da função será reajustado para valor superior ao atual (salário + gratificação) dos caixas. Os caixas que continuarem na função seguem fazendo jus à gratificação. Os caixas com mais de 10 anos de função terão a gratificação incorporada. O BB irá instituir

um programa de qualificação para as novas funções.

- 5. Redução de jornada para pais e responsáveis por PCD:** Redução de 2 horas na jornada de trabalho para funcionários, pais e responsáveis por PCD que cumprem 8 horas diárias. Redução de 1 hora na jornada de trabalho para funcionários, pais e responsáveis por PCD que cumprem 6 horas diárias.
- 6. Banco de horas negativas (Covid-19):** Anistia das horas para funcionários com 60 anos ou mais, funcionários afastados por licença saúde, pais de filhos com deficiência e funcionários que faziam parte do grupo de risco da Covid. Para funcionários do grupo de risco, a anistia das horas dependerá de terem cumprido pelo menos 30% das horas até maio de 2025, quando se encerra o acordo relacionado à pandemia.
- 7. Desligamento motivado:** Inclusão no ACT das regras para desligamento motivado.
- 8. Funcionários oriundos de bancos incorporados:** O BB



se comprometeu a resolver as questões relacionadas à saúde e previdência dos funcionários oriundos dos bancos incorporados até 31 de julho de 2025. Reuniões bipartites trimestrais serão realizadas para discutir o tema.

9. Tabela de pontuação por mérito:

Ampliação do número de faixas na tabela de pontuação por mérito, permitindo maior variação de pontos e possibilitando que os funcionários acumulem pontos e mudem de faixa mais rapidamente. Com a ampliação do número de faixas, 50% dos funcionários seriam beneficiados imediatamente.

10. Teletrabalho nos escritórios de negócios:

Dobrar a quantidade de escritórios que realizam TRI e assegurar que, a partir do final do ano, pelo menos um escritório em cada estado faça esse trabalho.

11. Plataforma Conexão:

Todos que superarem seus indicadores receberão uma premiação. Caso essa regra estivesse em vigor no segundo semestre de 2023, cerca de 40 mil funcionários a mais teriam sido premiados.

12. Encarreamento:

Redução do prazo para a concorrência para 12 meses na nomeação de diversas funções na rede de varejo. O BB também irá retirar a trava de 10% de claros para casos de ascensão.

13. Praças de difícil provimento:

Para incentivar a movimentação de funcionários para localidades de difícil provimento, o BB propõe um incentivo pecuniário por 12 meses, em valores crescentes.

14. Comitê de Ética Paritário:

Comitê de Ética Paritário, com dois eleitos pelos funcionários e dois indicados pelo banco.

15. Vigilantes:

Volta dos vigilantes, já em setembro, em todas as unidades de varejo, com numerário ou não.

16. Verba de viagens: O Banco do Brasil sugere elevar a verba destinada a viagens a serviço, com uma revisão bianual dos valores.

17. Na revisão do cargo de assistente de negócios, o valor de referência será superior à gratificação dos caixas?

Será elevado o valor de referência de todos os assistentes das unidades de negócio e de apoio, acima do valor de gratificação dos caixas.

18. E os assistentes das áreas de apoio?

Todos os assistentes, das áreas de negócios e de apoio, terão seus valores de referência reajustados, além do reajuste previsto na proposta de acordo da Fenaban. É o fim dos impactos negativos do Performa nessa função.

19. E sobre o Performa?

O banco apresentou proposta de mudança no nosso PCR (Plano de Cargos e Remuneração), que estabelece melhorias na carreira de mérito. No caso dos assistentes, a alteração impacta diretamente no valor de referência, com ganhos aos trabalhadores, o que estabelece um paradigma para valorização do valor de referência de todas as funções no futuro.

20. Sobre a pontuação de mérito. Qual a proposta?

A proposta de renovação do ACT prevê melhorias na pontuação de mérito, que fará com que imediatamente após a assinatura do acordo mais de 50% dos funcionários avancem no "M".

21. Como fica a gratificação de caixa?

E quem tem mais de dez anos na função? As vagas de assistente que serão criadas, além das já disponíveis, são suficientes para atender todos os caixas no país. Além disso, os caixas serão priorizados nos processos de concorrência e mantidos nas suas praças. Os funcionários que têm mais de dez anos na função, incluindo

os que têm parte desse período cumprido em bancos incorporados, não perderão a gratificação. Na migração para assistente, os caixas terão VR superior à gratificação de caixa e terão garantido o retorno da gratificação de caixa caso não permaneçam nessa nova função. A migração ocorrerá até dezembro, e o BB garantirá capacitação para as novas funções.

22. Como fica a jornada de responsável por dependente PCD?

Foi incluída na proposta de acordo cláusula sobre a redução de até 1 hora para os cargos de 6h, e de até 2 horas para os cargos de 8h. A proposta, ao clausular a redução de jornada, impede que o banco retire esse direito quando bem entender.

23. E os incorporados?

O BB definiu a data de 31 de julho de 2025 para apresentação de proposta de solução para assistências de previdência e saúde de oriundos de bancos incorporados. Será estabelecida reunião trimestral bipartite com a direção do banco, com a participação do Sindicato.

24. E sobre o home office?

Apesar da tentativa de redução do home office pela Fenaban, o BB foi o único banco que não apresentou qualquer proposta de redução desse modelo de trabalho. Pelo contrário, temos na proposta de acordo a ampliação do TRI para os escritórios exclusivos.

Fonte: Redação Bancários Brasília – <https://bancariosdf.com.br/portal/entenda-as-novidades-do-acordo-aprovado-pelos-funcionarios-do-bb/>



CERRADO: O QUE FAZER PARA DEFENDER O QUE AINDA RESTA?

— Iolanda Rocha

Rosario Xavier/ Pixabay/ divulgação



O que resta dos biomas brasileiros? O que resta da Amazônia, do Pantanal, da Caatinga, do Cerrado? Com ênfase no que é e no que será, queremos trazer aqui uma reflexão para pensarmos o que fazer “pra defender o que ainda resta” das nossas florestas, nascentes, riachos, rios, fauna e flora.

Segundo dados do IBGE, temos o seguinte cenário em relação aos grandes biomas brasileiros: a área desflorestada na Amazônia se aproxima hoje dos 20% da área florestal original do bioma; por sua vez da Mata Atlântica, restam apenas 12%; da área total do Pampa, 46%; do Cerrado, 51%; da Caatinga, 54%; do Pantanal, 85%. Entretanto, a maior expansão recente do desmatamento tem se concentrado no Cerrado e na Amazônia.

De acordo com os dados atuais do MAPBIOMAS, o Brasil perdeu 8.558.237 hectares de vegetação nativa nos últimos cinco anos, sendo que os dois maiores biomas – Amazônia e Cerrado – somam 85% da área desmatada no país. Em 2019, o Cerrado ultrapassou a Amazônia em termos de área desmatada. A região conhecida como MATOPIBA – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – respondeu por quase metade de toda a perda de vegetação nativa no país em 2023.

O bioma Cerrado localizado a partir do centro do Brasil, presente em vários estados e em praticamente todas as regiões, do Centro-Oeste ao Norte ao Nordeste, Sul e Sudeste, sofre com a exploração das suas terras, com a destruição dos rios, da fauna, da flora, das comunidades tradicionais e dos povos originários.

Nos últimos anos, estamos presenciando a destruição desse importante bioma, visto que se tira a vegetação nativa, uma das maiores biodiversidades do planeta, para dar lugar à monocultura da soja e à criação de gado para exportação. Os correntões do agronegócio saem destruindo toda a vegetação natural, as árvores pequenas e de grande porte, e matando juntamente as águas das nascentes, dos córregos e dos rios, que nos últimos

anos vêm desaparecendo, dando lugar a um clima favorável à seca e às mudanças climáticas, que já ameaçam e destroem comunidades do campo e cidades inteiras, ora com seca prolongada, ora com chuvas excessivas.

Para falarmos do desmatamento do bioma Cerrado é preciso entender a distribuição de terras no Brasil. O território brasileiro foi fatiado e entregue aos estrangeiros desde os anos remotos do século XVI. Como se não bastasse a oferta e promoção das nossas terras, criou-se a Lei de Terras de 1850, que serviu para legitimar e documentar a entrega das terras invadidas com o consentimento do Estado.

Os trabalhadores do campo, indígenas, as comunidades tradicionais que vivem aqui desde o início dessa história, mal contada nos livros didáticos, resistiram e lutaram para que esta terra continuasse sendo uma terra “gigante pela própria natureza” e que abrigasse os seus filhos e filhas como uma boa matéria.

Como se não bastassem as Sesmarias, a Lei de Terras, o latifúndio invasor juntou-se ao golpe civil-militar de 1964, e junto com o Estado, a mídia e os militares aperfeiçoaram a grilagem de terras no Brasil.

O Golpe perdurou por vinte e um anos, retirando direitos, tomando as terras de quem nela trabalha e tira o seu sustento, entregando o país aos estrangeiros, torturando e matando quem se levantasse contra a ditadura das elites brasileiras.

Foi nesse contexto que avançou a destruição dos biomas brasileiros, que vêm sofrendo devido à ganância e à aquisição desordenada de terras por estrangeiros. Os grandes invasores de terras no Brasil, inicialmente conhecidos como produtores rurais, depois latifundiários e agora empresários do agronegócio, sempre visaram o lucro fácil, com a exploração da força, da mão de obra da classe trabalhadora, e a extração sem limites dos bens naturais.

Em se tratando da destruição dos biomas, importante ressaltar que,

devido à expansão do agronegócio e ao alto investimento dos estrangeiros no território brasileiro, o Brasil tornou-se o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Esse fato não acontece isoladamente. Ao passo que aumentou a plantação de soja, milho e cana-de-açúcar para exportação, reduziu-se a plantação de feijão e arroz, alimentação básica da nação brasileira, o que compromete a segurança e a soberania alimentar.

Além do desmatamento, do uso indiscriminado dos agrotóxicos, estamos convivendo nos últimos dias com uma nuvem de fumaça provocada pelos interesses do agronegócio, que atea fogo para provocar um caos no país. Os empresários do agronegócio sabem que esse caos provocado repercute na vida e qualidade de vida dos povos do campo e da cidade. Precisa-se saber se os investidores no *agrobusiness* têm a consciência de que essa forma de exploração não tardará para a terra dar sinais de exaustão.

Diante de inúmeros fatos evidenciados que levam o país e o planeta ao caos climático, ao comprometimento alimentar e que ameaçam a soberania nacional, existem alternativas viáveis para a sobrevivência. É preciso garantir o direito dos camponeses e camponesas de permanecerem nas terras, é preciso que se efetive a reforma agrária com incentivos à agroecologia e à agricultura familiar.

“Pra defender o que ainda resta” dos nossos biomas, em especial do Cerrado, é necessária e urgente a aprovação de uma lei que proíba qualquer tipo de destruição nos biomas brasileiros. É preciso estabelecer uma meta de Desmatamento Zero. É necessário ouvir os povos das florestas para implantação de políticas públicas coerentes com a necessidade dos povos e a preservação dos biomas.



Iolanda Rocha

– Educadora.

Socioambientalista.

Conselheira da Revista Xapuri.



Os números dos casos de malária nas áreas de garimpo podem estar subestimados, uma vez que, devido à atividade do garimpo ser ilegal, muitos omitem a informação de que são garimpeiros.

Pablo Sebastian Tavares Amaral
– Pesquisador da UnB

GARIMPO ILEGAL AUMENTA MALÁRIA NA AMAZÔNIA

A malária avança na região Amazônica principalmente devido ao garimpo ilegal associado ao desmatamento. Um estudo da Universidade de Brasília (UnB) reúne constatações científicas anteriores e aponta que a área de garimpo em terras indígenas aumentou 102% entre 2018 e 2021.

Esse fato impactou, possivelmente, no aumento de casos de malária nas terras indígenas Yanomami, em Roraima, e Munduruku, no Pará, de acordo com a análise publicada recentemente na *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*.

O trabalho traça o cenário epidemiológico da malária em áreas de garimpo no Norte do país em um período maior de tempo, de 2011 a 2023, e propõe estratégias para o controle da incidência da doença na região, a partir da revisão da literatura dos principais estudos sobre o tema.

Foram usados dados de casos da doença registrados nesses 13 anos no Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica (Sivep-Malária) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde.

Segundo o pesquisador Pablo Sebastian Tavares Amaral, de 2018 a 2021, foi registrado um aumento de 108% nos casos de malária em pacientes das áreas de garimpo da região Amazônica.

“Esses números podem estar subestimados, uma vez que, devido

à atividade do garimpo ser ilegal, muitos omitem a informação de que são garimpeiros”, salienta Amaral, que é coautor do estudo e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Medicina Tropical da UnB.

Em 13 anos, mais de 253 mil casos de malária foram registrados em áreas de garimpo. Os registros começam a subir principalmente a partir de 2020. Dentre as regiões mais afetadas, estão os estados do Mato Grosso e de Roraima, com aumento de casos entre 2017 e 2022, principalmente em áreas de garimpo ilegal. Em 2020, 59% dos garimpos brasileiros eram ilegais, segundo dados da pesquisa.

Ao mapear as áreas de garimpo impactadas pela malária, a pesquisa traz resultados que podem orientar ações de vigilância e de controle da doença na Amazônia. “Conhecer as áreas prioritárias e a dinâmica da doença é essencial para direcionar melhor as ações”, explica Amaral. Ele ressalta que, por serem ilegais, as áreas de garimpo têm pouca estrutura de saúde, o que dificulta o tratamento para a doença.

O grande número de garimpos ilegais impõe desafios para o seu monitoramento, segundo o trabalho. Essas áreas acabam virando criadouros de mosquitos que transmitem a malária. Por isso, como estratégia, o estudo identifica a necessidade de revisar a legislação para aumentar o

controle sobre o desmatamento e as atividades de garimpo, principalmente em terras indígenas.

Além disso, outras estratégias são citadas, por exemplo, expandir a vigilância da malária, por meio da ação de agentes comunitários e de ações multissetoriais para fornecer assistência imediata às populações indígenas.

Outra proposição do estudo é de conectar dados de desmatamento e malária, inserindo alertas sobre desmatamento no Programa Nacional de Prevenção e Controle da Malária. Essas ações podem ter impacto na melhoria do diagnóstico e do tratamento da malária nas terras indígenas e outras regiões mais afetadas pela doença.

O grupo de pesquisa continua a fazer estudos sobre malária na Amazônia, procurando entender o impacto das grandes obras hidrelétricas na dispersão da doença. “Esses empreendimentos passam por um processo de licenciamento ambiental que insere a malária em um plano específico, diferente dos garimpos ilegais”, explica Amaral. O pesquisador procura entender se essas ações direcionadas podem ter efeito no controle da doença na região.

Fonte: Agência Bori (<https://abori.com.br/amazonia/garimpo-ilegal-malaria-amazonia/>)

PRIMEIRAS GREVES NEGRAS:

PICADAS ABERTAS PARA A RESISTÊNCIA

Iêda Leal

Houve um tempo, no Brasil e nas Américas, em que o povo negro, para sobreviver, teve que partir para a resistência.

Depois de ralar nas construções, nas fábricas, nas roças, nas cozinhas, na lavagem de roupa, nos humilhantes "favores sexuais", com pouca ou nenhuma condição de negociar com quem as oprimia, pessoas escravizadas organizaram revoltas em todos os países americanos com presença negra.

Em matéria de Marcos Zibordi, publicada na Coleção *Os Negros*, fascículo 15, da *Revista Caros Amigos*, sem data, há um relato do que se passou nas primeiras greves negras de resistência:

"Os levantes de escravos são maiores no início e no final do período colonial; respectivamente, quando o colonizador ainda não dominava a nova terra e no período de independências e abolições, no início do século XIX.

Improvável diante da escravidão intransigente, cativos reivindicaram e obtiveram nos tribunais míseros direitos, como folga e alguma terra para as plantações de subsistência.

Cobravam o cumprimento das "leis" da escravidão, violadas, por

exemplo, com a violência excessiva. Ou reivindicavam a troca de senhor, conforme previam leis coloniais, com a diferença que nos desonra: no Brasil, a compra da alforria dependia da autorização do "dono" do escravizado; nas colônias espanholas, não.

Segundo o historiador George Reid Andrews, autor de *América Afro-Latina*,

embora essas negociações usualmente ocorressem entre senhores e escravos individuais, elas às vezes se transformavam em algo que se aproximava da negociação coletiva, produzindo algumas das primeiras greves da história latino-americana. As paralisações de trabalho dos cobreros, nos séculos XVII e XVIII, certamente caem nesta categoria. Similarmente, a greve dos carregadores de rua negros, tanto escravos como livres, em 1857, em Salvador, capital da Bahia, foi a primeira das mobilizações trabalhistas na história dessa cidade.

E as questões inegociáveis? Foram resolvidas com fugas para os conhecidos, odiados e combatidos quilombos, no Brasil, e *palenques*, na América Espanhola. São ajuntamentos pequenos, não chamam a atenção;

duram pouco, em geral aniquilados em resposta aos ataques dos rebeldes às cidades ou fazendas vizinhas.

Autoridades conluídas com as elites combateram, com tropas e armas, grupos organizados de negros fugitivos na Colômbia, Venezuela, Cuba e Brasil, onde uma autorização de 1799 orientava o ataque aos quilombos: "assaltando-os repentinamente, extinga tais Ajuntamentos, sem deixar deles a menor sombra".

Tentar, tentaram. Matar, mataram. Dizimar, dizimaram. Mas cada revolta, cada rebelião, cada greve, cada quilombo, abriu picada, plantou sementes de resistência em uma luta que, ainda hoje, avança, mas nunca cessa.



Marcos Zibordi – Jornalista, professor e pesquisador de jornalismo.



Iêda Leal – Militante do Movimento Negro. Sindicalista. Conselheira da *Revista Xapuri*. Secretária de Gestão

do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial.



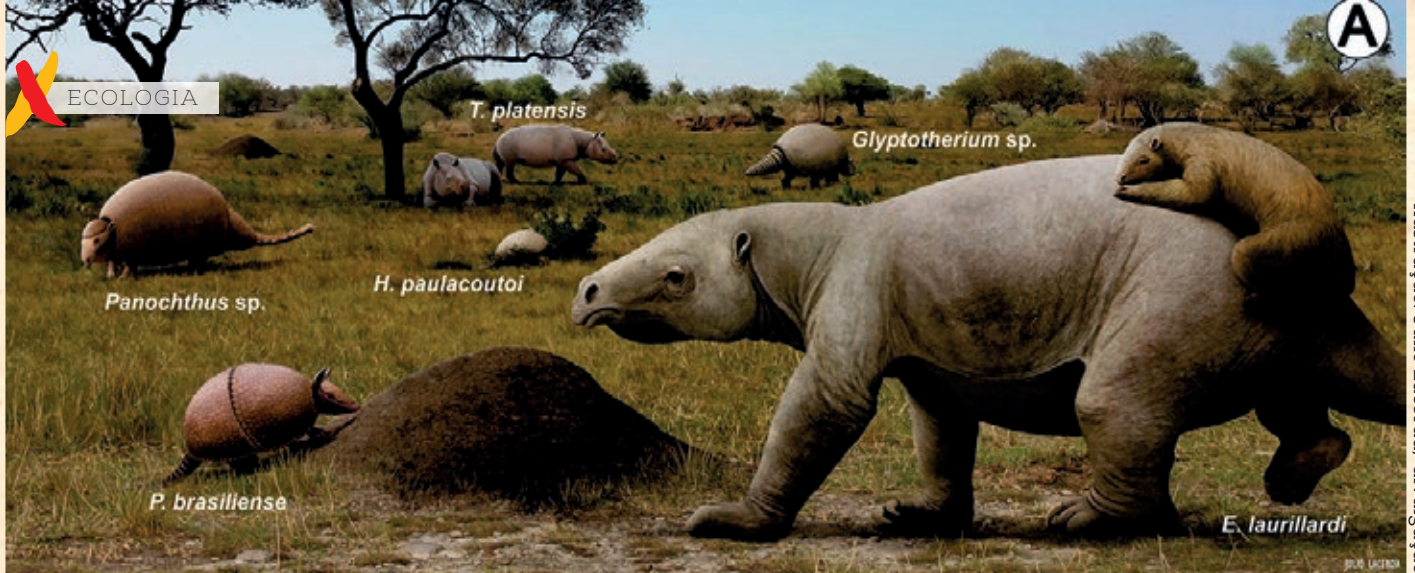


Ilustração: Julio Lacerda/ divulgação

A FAUNA EXTINTA DO PARAÍSO

Altair Sales Barbosa

Quando os peregrinos do alvorecer chegaram ao centro a América do Sul, ainda existiam animais diferentes dos atuais que ocupavam diversos nichos.

Muitos desses animais somente são conhecidos através de fósseis. Uma grande parte provavelmente nunca será conhecida, por ser muito difícil a formação de jazimentos fossilíferos, ou seja, depósitos sedimentares com condições especiais para a sedimentação da diagênese ou preservação das formas outrora orgânicas.

Entre os animais atualmente extintos existiam manadas de elefantes, conhecidos como *Haplomastodon waringi*, que se aglomeravam nas veredas, nos campos e no Cerrado, em busca de gramíneas nativas.

Nos rios mais calmos e lagos, eram comuns os *Toxodon platensis* e os *Miotoxodon larensis*. Esse grupo de animais muito se assemelhava aos atuais hipopótamos.

Nos ambientes ribeirinhos aglomeravam os *Ereotherium*, animais

com até seis metros de altura, conhecidos de maneira genérica como "preguiça gigante".

Vagando por todos os ambientes, desde os campos ensolarados até as matas sombreadas, existiram pacíficos *Glyptodontes*, gigantescos tatus que, em volume, eram quase dez vezes maiores do que o seu parente sobrevivente, o Tatu-canastra.

Nos cerradões, comendo os brotos novos das plantas, havia manadas de *Macrauchenias*. Algumas dessas



Fotos: Wikimedia/ divulgação



espécies chegaram até a Patagônia. Eram animais com um corpo semelhante ao da girafa, mas com uma pequena tromba.

Também nos campos e nas bordas das veredas, havia grupos de *Equus*, gênero que engloba o cavalo atual.

Compartilhando o mesmo ambiente, havia camelídeos representados especialmente pelo *Palaeolamas*, animais com pescoço um pouco mais compridos que seus parentes que sobreviveram nos dias atuais, nos Andes e na Patagônia, como por exemplo, a lhama, a vicunha doméstica e o guanaco silvestre.

Havia ainda os *Notoungulados* herbívoros, que provavelmente habitavam o mesmo nicho dos cavalos e camelos.

Nos campos, e aventurando também pelo Cerrado *strictu sensu*, era comum os *Smilodons*, conhecidos como tigres-dente-de-sabre, carnívoros provenientes da América do Norte, que chegaram à América do Sul durante o último estágio glacial, designado de Wisconsin.



Altair Sales Barbosa - Dr. em Antropologia e Geologia do Quaternário pelo Smithsonian Institution, Washington DC. Pesquisador do CNPq. Pesquisador convidado da UniE-VANGÉLICA de Anápolis. Sócio Emérito do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri.



Fotos: Wikimedia/divulgação



ESPAÇO COMPARTILHADO

—— Antenor Pinheiro, especial de Drachten, Holanda

A cidade é *Drachten*, norte da Holanda, e oferece uma poética singular que se desdobra na relação entre o espaço urbano e seus habitantes. A ausência de semáforos e sinalizações explícitas, ao invés de criar caos, evoca coreografia fluida e intuitiva, onde pedestres, ciclistas e motoristas coabitam o mesmo espaço em harmonia. Nesse cenário, o movimento das pessoas é dança silenciosa, onde o olho no olho e os gestos sutis substituem as regras rígidas. O espaço urbano deixa de ser mera infraestrutura controlada por sinais mecânicos e se transforma em palco de interações humanas genuínas. Há confiança implícita na capacidade das pes-

soas de negociar e compartilhar, criando uma espécie de respeito mútuo que transcende a ordem imposta. A experiência vivenciada é como metáfora para a vida em comunidade, onde confiança e cooperação espontânea são essenciais para o equilíbrio e a harmonia. Feito organismo vivo que pulsa no ritmo da convivência humana, o fluxo natural das interações toma o lugar da rigidez e do controle. Essa abordagem oferece uma visão de urbanismo que valoriza a humanidade e a adaptabilidade, sugerindo que, quando confiamos uns nos outros, podemos criar espaços mais inclusivos, acolhedores, inteligentes e, em última análise, mais belos.



Antenor Pinheiro –
Geógrafo. Membro do
Conselho Editorial da
Revista Xapuri.



Foto: Antenor Pinheiro



ALZIRA SORIANO:

A primeira prefeita do Brasil

Zezé Weiss

Mulher decidida, muito inteligente e, segundo os registros históricos, de temperamento forte, Luíza Alzira Teixeira Soriano, uma das mais destacadas líderes norte-rio-grandenses de todos os tempos, tomou posse como prefeita de Lajes, no RN, no ano de 1929, tornando-se não somente a primeira prefeita do Brasil, mas de toda a América do Sul.

Em uma época em que a emancipação feminina na política era conquistada em poucos países do mundo, um pequeno estado do Nordeste brasileiro proporcionou, através de sua Constituição, sancionada pelo governador José Augusto Bezerra de Medeiros, o direito à mulher de votar e ser votada.

Com base na Constituição Estadual de 1891, então vigente, e respaldando-se no argumento de que competiria ao estado-membro legislar sobre direito eleitoral, o artigo 77 da Lei nº 660, de 25/10/1927, determinava: "No Rio Grande do Norte, poderão votar e ser votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunirem condições exigidas por esta lei".

Com o apoio do então senador Juvenal Lamartine, grande defensor das causas feministas, houve uma mobilização para inscrever eleitoras e candidatas a cargos eletivos. Surgiram então mulheres ousadas para os padrões culturais da época, com total capacidade para exercer mandatos. Dentre elas estava Alzira Soriano.

Doutora pela vida, na escola fez apenas o curso básico, Alzira marcou sua administração pelo pioneirismo da gestão feminina e por aspectos inovadores. Uma de suas primeiras ações como prefeita foi convocar intelectuais do estado para formar um quadro de secretários que a ajudasse em projetos de educação, saúde, urbanização e construção de estradas.

Militante dos movimentos minoritários da época, Alzira participou da carreira política do seu pai, o coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, e acompanhou de perto o trabalho do marido, o promotor Thomaz Soriano de Souza Filho, de quem ficou viúva aos 22 anos de idade.

A revolução de 1930, que aboliu os cargos de prefeito, retirou-a da prefeitura de Lajes, mas seus líderes lhe propuseram a continuidade na administração, como interventora municipal. Com a dignidade que sempre a caracterizou, Alzira Soriano recusou a oferta.

Em 1945, segundo dados do livro *A Mulher Potiguar - Cinco Séculos de Presença*, Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine-CEPEJUL, Fundação José Augusto, 1999, fonte utilizada nesta matéria, voltou à vida pública, foi eleita vereadora em Lajes por três vezes consecutivas e, liderando a bancada da UDN, tornou-se presidenta da Câmara por mais de uma vez.

Luíza Alzira Teixeira Soriano nasceu em Jardim de Angicos, RN, em 1896, e faleceu no ano de 1963, na capital do estado, Natal.



Zezé Weiss - Jornalista.
Editora da Revista Xapuri.

"LUTAM MELHOR QUEM TEM BELOS SONHOS!"



POR AQUI, O COMPROMISSO É: "SEGUIR SONHANDO. SEGUIR LUTANDO."

**NÓS SONHAMOS.
E OUSAMOS ORGANIZAR NOSSOS SONHOS.
EM NOVEMBRO, COMPLETAMOS 10 ANOS
NA RESISTÊNCIA
POR ESTE MUNDO MELHOR
QUE ACREDITAMOS AINDA SER POSSÍVEL.**



10 ANOS

**MAIS DO QUE UMA REVISTA
UM ESPAÇO DE RESISTÊNCIA
PIX: CONTATO  XAPURI.INFO**



Ilustração: AdobeStock

AS NOVAS ROTAS DA SEDA

Emir Sader

No mundo atual as decisões realmente transcendentais não se tomam em Paris, Londres, Berlim ou Roma, como acontecia há 100 anos, mas em Pequim e Moscou, em Teerã e Riad, em Delhi e Islamabad, em Cabul e no Afeganistão, em Ancara, Damasco e Jerusalém.

O passado do mundo foi modelado pelo que acontecia ao longo das rotas da seda e isso acontecerá no futuro. A afirmação está contida em um dos últimos livros do mais importante historiador do século XXI – o britânico Peter Frankopan – que tem como título o nome deste artigo.

As Rotas da Seda ocupam um lugar tão central que é impossível compreender o que acontece ou pensar com o que vamos nos deparar amanhã, sem levar em conta a região que se estende entre o Mediterrâneo Oriental e o Pacífico. “Já vivemos no século asiático”, constata ele, uma época em que o PIB global está se deslocando das economias desenvolvidas do Ocidente para as do Oriente em uma escala e em uma velocidade assombrosa.

Algumas projeções preveem que em 2050 a renda per capita, em termos de paridade do poder aquisitivo, se multiplicará por

seis na Ásia, o que, segundo os padrões atuais, tornaria ricos outros três bilhões de habitantes do continente. O que significaria que a Ásia recuperaria a posição econômica dominante de uns 300 anos atrás, antes da Revolução Industrial.

Há um processo de reversão do caráter que tinha o mundo antes da ascensão do ocidente. Frankopan cita o cálculo segundo o qual se prevê que, para o ano de 2027, o PIB combinado das cidades asiáticas já será maior que a soma das norte-americanas e europeias e se espera que só oito anos depois as supere em 17%.

Em 2001, o PIB da China era 39% do PIB dos EUA. Em 2008 o indicador tinha aumentado para 62%, e, em 2016, o PIB da China já era 114% do norte-americano, com uma tendência cada vez mais favorável ao país asiático. Nenhuma das 10 economias que mais crescem se encontram no hemisfério ocidental. Se configura assim um mundo cujo centro de gravidade econômica está se distanciando do ocidente.

São muitos os fatores que estimulam a mudança no século XXI, desde a demografia até o deslocamento do poder econômico. As Rotas da Seda ascendem de forma vertiginosa.

Participam atualmente nos projetos da Rota da Seda mais de oitenta países, incluindo as repúblicas da Ásia Central, os países do sul e do sudeste da Ásia, os do Oriente Próximo à Turquia e os países da Europa Oriental, assim como diversos estados da África e do Caribe.

O Brasil é o país que mais recentemente manifestou sua intenção de se somar às Rotas da Seda. No total chega a uma cifra de 4 bilhões e 400 milhões de habitantes, chegando a 2/3 da população mundial e uma produção de mais de 20 bilhões de dólares, mais de 30% do total mundial.

Com tudo isso, a China se tornou o maior desafio para a segurança nacional dos EUA, o que deve se dar ao longo de todo o século atual. A China se tornou o único país do mundo com uma ideia geoestratégica realmente global.

Calcula-se que atualmente 90% dos computadores produzidos no mundo são fabricados na China, assim como ¾ de todos os telefones celulares. O que basta para dar ideia dos avanços tecnológicos chineses.

O surgimento dos Brics (com o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul, ao que se somaram recentemente vários outros, especialmente do mundo

árabe e proprietários de grandes reservas de petróleo) consolida a nova bipolaridade mundial.

O conjunto das transformações vividas pelo mundo nas últimas décadas faz parte de um período de transição de um mundo unipolar a um mundo multipolar. De um século norte-americano – o século XX – a um século XX asiático – o XXI.

A era em que o Ocidente dava forma ao mundo ficou para trás há bastante tempo. Enquanto as Rotas da Seda estão em ascensão e seguirão estando, a forma em que se desenvolvem e evoluem darão forma ao mundo do futuro. Porque isso é o que sempre representaram as rotas.



Emir Sader - Sociólogo. Cientista político. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri.



Foto: Ricardo Stuckert/ PR



AMAZÔNIA EM CHAMAS: BANCÁRIOS E BANCÁRIAS EM ALERTA

Rodrigo Britto

Os efeitos nefastos das mudanças climáticas sentidos nos últimos meses, com a repetição de violentas enchentes e deslizamentos de encostas na Região Sul do Brasil ocorrendo quase em paralelo com secas históricas nos maiores rios amazônicos, começam a assustar o conjunto da sociedade brasileira.

Nas últimas semanas, chamou atenção a fumaça que cobre as cidades da Amazônia e se propaga para regiões distantes, com enorme degradação das condições do ar e consequências terríveis sobre a saúde da população.

É importante reconhecer os esforços do governo federal no tocante ao combate ao banditismo ambiental que tomou conta da Amazônia nos últimos anos, com invasão de terras indígenas, destruição de unidades de conservação, contaminação de rios por mercúrio e morte de ativistas ambientais e lideranças comunitárias e sindicais.

Entretanto, na condição de representante dos trabalhadores e trabalhadoras em instituições de crédito instaladas em seis dos nove estados da Amazônia Brasileira, a Federação dos Bancários dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Fetec-CUT/CN) vem neste dia manifestar o seguinte:

1. É preciso rever o modelo de desenvolvimento insustentável predominante na região, baseado na pecuária, na extração madeireira e na mineração ilegal, que já provocou a destruição de mais de 60 milhões de hectares de florestas nos últimos 40 anos;
2. Os bancos precisam rever suas políticas de financiamento de forma a realmente priorizarem os negócios voltados para a bioeconomia e para a restauração florestal, viabilizando o acesso a crédito de empreendimentos individuais e coletivos protagonizados por agricultores familiares, extrativistas e agroextrativistas;
3. É fundamental que os bancos ampliem sua capilaridade no território amazônico de forma a atender com serviços bancários os enormes contingentes populacionais hoje excluídos de qualquer atendimento;
4. Os bancos com atuação na Amazônia precisam rever suas estruturas internas de forma a viabilizar o atendimento aos interessados nas linhas de crédito do Pronaf, revertendo os baixos índices de aplicação dessas modalidades na região.

Reiteramos a necessidade de estarmos mobilizados para o ano de 2025 quando a cidade de Belém, no Pará, sediará a Conferência das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas – COP 30.

A nossa Federação permanecerá alinhada com todas as instituições sindicais e da sociedade civil na luta por um modelo de desenvolvimento capaz de reduzir os índices de desigualdade social da região, combater a violência e a criminalidade crescentes e preservar os diferentes ecossistemas do Bioma Amazônico e suas populações tradicionais.



Rodrigo Britto – Presidente da Fetec-CUT/CN.



FETEC CUT
Centro Norte

ACERVO PHOTOAMAZÔNICA: A AMAZÔNIA NA FOTOGRAFIA DE LEONIDE PRINCIPE

Resultado de mais de 30 anos de fotografia na Amazônia, o Acervo PhotoAmazônica é um dos maiores bancos de imagem da Amazônia, atualmente, abrigado no museu Centro Cultural dos Povos da Amazônia.

O Acervo PhotoAmazônica é um banco de imagens da Amazônia, com fotografias analógicas e digitais, que aborda o bioma amazônico, seus ecossistemas e sua sociobiodiversidade. O banco de imagens compreende temas gerais e específicos, tais como: o monitoramento da fauna e da flora amazônica, paisagens, orquídeas da Amazônia, povos da Amazônia, e temas que identificam as particularidades do bioma.

Abrigado no Centro Cultural dos Povos da Amazônia (CCPA), o Projeto Acervo PhotoAmazonica já lançou sua plataforma digital, no site: <https://leonideprincipe.photos/>, onde a obra do fotógrafo, Leonide Principe, está reunida em arquivo indexado, com legendas bilíngues, em inglês e português, e informações, como metadados das fotografias e as impressões do fotógrafo.

Vale destacar que o site está apto a interagir com o Sistema Tainacan – Programa Acervo em Rede, do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) –, tornando-se

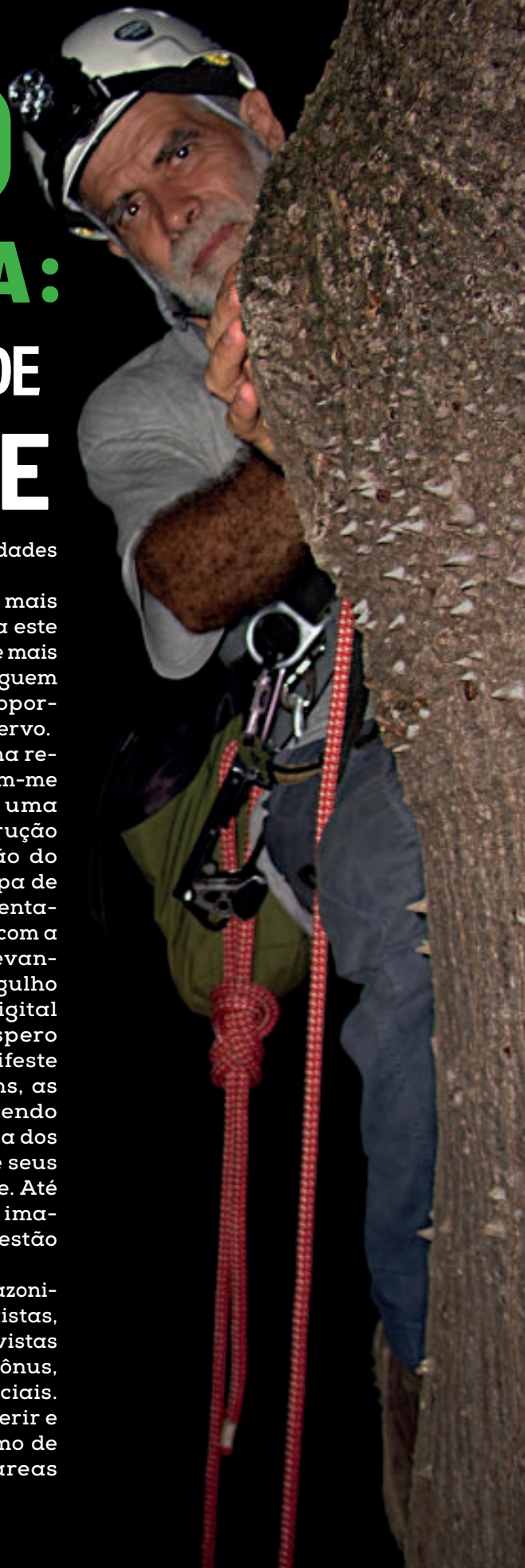
acessível a museus, universidades e escolas, em todo o Brasil.

Leonide Principe dedicou mais de trinta anos da sua vida a este vasto registro. O acervo reúne mais de cem mil imagens, que seguem sendo indexadas, para proporcionar acessibilidade ao acervo.

“30 anos de expedições, na região amazônica, propiciaram-me uma experiência única e uma alegre dedicação. A construção desse site e a organização do arquivo são a segunda etapa de uma vida voltada à documentação da Amazônia e procede com a mesma alegre dedicação, levando-me a um profundo mergulho no arquivo analógico e digital (+100.000 fotografias). Espero que essa gratidão se manifeste na adoção útil das imagens, as quais foram produzidas tendo em mente a magnífica beleza dos ecossistemas amazônicos e seus povos”, diz Leonide Principe. Até o momento, um quarto das imagens já foram indexadas e estão disponíveis para o acesso.

O Projeto Acervo PhotoAmazonica permite a estudantes, artistas, educadores, cientistas e ativistas fazerem uso do acervo sem ônus, para atividades não comerciais.

Ou seja, vale a pena conferir e divulgar, para que o máximo de pessoas que atuam nas áreas



de educação e cultura no Brasil possam usar permanentemente o acervo, que se configura como um Recurso Educacional Aberto (REA), a partir do sistema de direitos autorais denominado *Creative Commons*.

Neste momento, além do lançamento do site, o fotógrafo se dedica a organização de uma turnê de exposições no Brasil e no exterior e à publicação do *Livro das Orquídeas da Amazônia: uma jornada na copa das árvores*, um livro prefaciado pelo poeta Thiago de Mello. “Como a música é a arte do som, a pintura a da cor, a fotografia é a arte da luz”, afirma o poeta.

“Leonide, príncipe da arte fotográfica, nasceu com esse dom. Como eu nasci com o da poesia. Trabalho com as palavras, trato de desvelar o segredo que elas guardam, como Príncipe, com o olho atrás do retângulo, descobre o milagre da vida de uma flor. Sucede que durante a fascinante aventura que ele viveu, lá nas alturas das frondes, decidiu anotar os memoráveis momentos de puro encanto: penetrou no reino das palavras”, diz Thiago de Mello, em depoimento no livro, volume a ser publicado em breve pelo fotógrafo.

No Brasil, Príncipe já realizou exposições no Museu da América Latina, em São Paulo, no Palácio

do Governo, no Amazonas, no Centro Cultural Povos da Amazônia, na Cúpula dos Países Pan-Amazônicos, em Belém, e no Senado Federal, em 2023.

Dentre os livros já publicados pelo fotógrafo, estão: *Amazônia: cores e sentimentos*, *Emoções amazônicas: guia fotográfico-sentimental dos ecossistemas amazônicos* e *Torres do Ariaú: gerador de emoções, direcionado e comprometido com o sentimento regional*.

Participou de coletâneas, como: *Amazônia: o mundo das águas*, com os fotógrafos Carolina De Riva, Valdemir Cunha, Marcelo Lourenço, Fábio Colombini, Walter Craveiro, Fábio Knoll, Eugênio

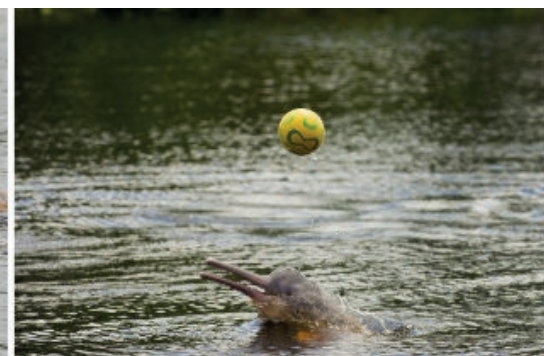




Novaes, entre outros; e *Brasil das Artes*, com Pedro Martinelli, Aristides Alves, Felipe Goifman, Leopoldo Plentz, Loren McIntyre e Miguel Aun.

LEONIDE PRINCIPE

Leonide Principe, o italo-francês premiado internacionalmente por seu trabalho na Amazônia, nasceu na França, em 1951. É fotógrafo, marinheiro e escalador de árvores. Estudou na Faculdade de Arquitetura de Florença, na Itália. Em 1981, cruzou o Atlântico num veleiro, navegou as costas da América Latina e Caribe e, em 1989, foi à Amazônia, a serviço da agência fotográfica Sipa Press, de Paris. Decidiu, então, se estabelecer na maior floresta do planeta, para participar de expedições científicas, escalar as gigantescas árvores e construir um banco de imagens da região, denominado Acervo PhotoAmazonica. Seu propósito principal, durante os mais de 30 anos de Amazônia, sempre foi o trabalho de campo, colocando em segundo plano a divulgação do seu trabalho. Apesar disso, publicou vários livros, cartões postais, enviou fotografias às principais revistas de natureza, nacionais e internacionais, como: *Terra*, *VSD*, *Revista Geográfica*, *Geo*, *Natura Oggi*, entre outras.



FELISMINA AIRES CIRINEU: Primeira Prefeita eleita no estado de Goiás

Bia de Lima

Homenagem a todas as mulheres goianas candidatas nessas eleições municipais de 2024

Queridas Companheiras,

Daqui a pouco, no dia 6 de outubro, centenas de mulheres-candidatas irão às urnas em todos os municípios do Brasil e do nosso estado, buscando um mandato para trabalhar, como vereadoras e prefeitas, por um Brasil e por um Goiás melhor.

Em homenagem à coragem e à luta de cada uma de vocês, celebro a memória de Felismina Aires Cirineu, em vida conhecida como dona Filú, a primeira mulher a ser eleita prefeita em Goiás.

Em 13 de outubro de 1960, houve a primeira eleição para prefeito (e prefeita) por voto direto. Dona Filú concorreu e foi eleita para administrar o município de Divinópolis.

Conforme registro da Perca Municipalista, da Federação Goiana de Municípios (<https://fgm-go.org.br/>), o mandato de Felismina Aires Cirineu teve início em 1961 e foi finalizado em 1966.

No início do mandato, ela não teria tido as condições adequadas para iniciar sua administração; porém, em pouco tempo conseguiu arrecadar fundos para administrar o município. Adquiriu três alqueires de terra para a construção de escolas rurais e aumentou o número de professoras de duas para seis.

Empreendedora, construiu duas pontes, uma sobre o córrego Boa Perna e outra sobre o rio Riacho Seco; construiu o cemitério local; o trecho de rodagem de Divinópolis a Monte Alegre; o primeiro campo de futebol do município; o prédio da cadeia pública; e foi responsável pela instalação da rede de iluminação elétrica da cidade e pela ampliação do prédio onde funcionava o grupo escolar.

Conta a história que, além de prefeita, foi uma excelente co-



merciante, tanto em seu comércio de tecidos, como na pensão que mantinha em Divinópolis. Conta-se também que ela recolhia couro de gado em Barreiras (BA) e trazia para vender em Goiás, especialmente na região dos municípios goianos de Arraias e Campos Belos.

Dona Filú faleceu em 12 de maio de 2022, aos 93 anos. Ao celebrar seu feito histórico, desejo a cada

uma de vocês uma excelente campanha, uma linda vitória e uma longa vida, plena de belos sonhos.



Bia de Lima – Deputada Estadual – PT Goiás
Presidenta do SINTEGO



ELEIÇÕES 2024: TSE ATUALIZA REGRAS PARA AMBIENTE DIGITAL

O Tribunal Superior Eleitoral atualizou a legislação eleitoral para as eleições municipais de 2024, através da Resolução TSE nº 23.732, que alterou a Resolução TSE nº 23.610/2019. Nas novas regras, foram incluídos o uso da inteligência artificial (IA) e a realização de lives eleitorais.

Também foram atualizados os artigos que tratam da desinformação eleitoral, do impulsionamento de conteúdos político-eleitorais, do tratamento de dados pessoais e do exercício do poder de polícia pelas juízas e pelos juízes eleitorais.

Pelas novas regras, é proibido realizar propaganda eleitoral paga

na televisão e no rádio e enviar mensagens em massa. Não se pode veicular propaganda eleitoral em outdoors, inclusive eletrônicos, ou usar inteligência artificial para fabricar ou manipular conteúdos com a finalidade de difundir mentiras sobre o processo eleitoral.

Simular conversas com eleitores por meio de *chatbots*, avatares e conteúdos gerados por inteligência artificial, representando candidaturas ou pessoas reais, também não é permitido.

O uso de conteúdo gerado ou manipulado digitalmente, como *deep fakes*, para prejudicar ou favorecer uma candidatura ao

criar, substituir ou alterar imagem ou voz de qualquer pessoa, seja viva, falecida ou fictícia, é igualmente proibido.

Além disso, não se deve utilizar palavras-chave associadas a partidos ou candidaturas adversárias nem difundir mentiras sobre opositores ou sobre o processo eleitoral brasileiro, entre outras limitações.

APLICATIVO PARDAL PASSOU POR ATUALIZAÇÕES

O aplicativo Pardal 2024 da Justiça Eleitoral está disponível para download gratuitamente pelas plataformas para *smar-*

tphones Apple (IOS) e Google Play (Android). Ele será usado para receber denúncias de propaganda eleitoral irregular, incluindo campanhas online.

Os serviços Pardal Móvel, Pardal Web e Pardal ADM estarão disponíveis para receber e monitorar denúncias de propaganda eleitoral irregular.

Pardal Móvel: Disponível para smartphones e tablets, permite reportar propaganda irregular, especialmente online. A portaria TSE nº 662/2024 determina seu uso nas Eleições 2024 para enviar denúncias ao juízo eleitoral competente. O aplicativo agora inclui formulários específicos para propaganda de rua e na internet, que exigem comprovação mínima. Usuários devem

verificar o que “pode/não pode” em cada caso antes de prosseguir ou encerrar denúncias.

Pardal Web e Pardal ADM: Pardal Web monitora progresso e estatísticas das denúncias feitas pelo aplicativo móvel. Pardal ADM envia notificações a indivíduos ou partidos mencionados, com links para resoluções e documentação necessária. Denúncias podem ser registradas no Processo Judicial Eletrônico (PJe) como Notícia de Irregularidade de Propaganda Eleitoral (Nipe), a critério do juiz.

O advogado e Diretor Executivo do InternetLab, Francisco Cruz, considerou a inovação importante. O fato de o eleitor ter que realizar a leitura da legislação antes de

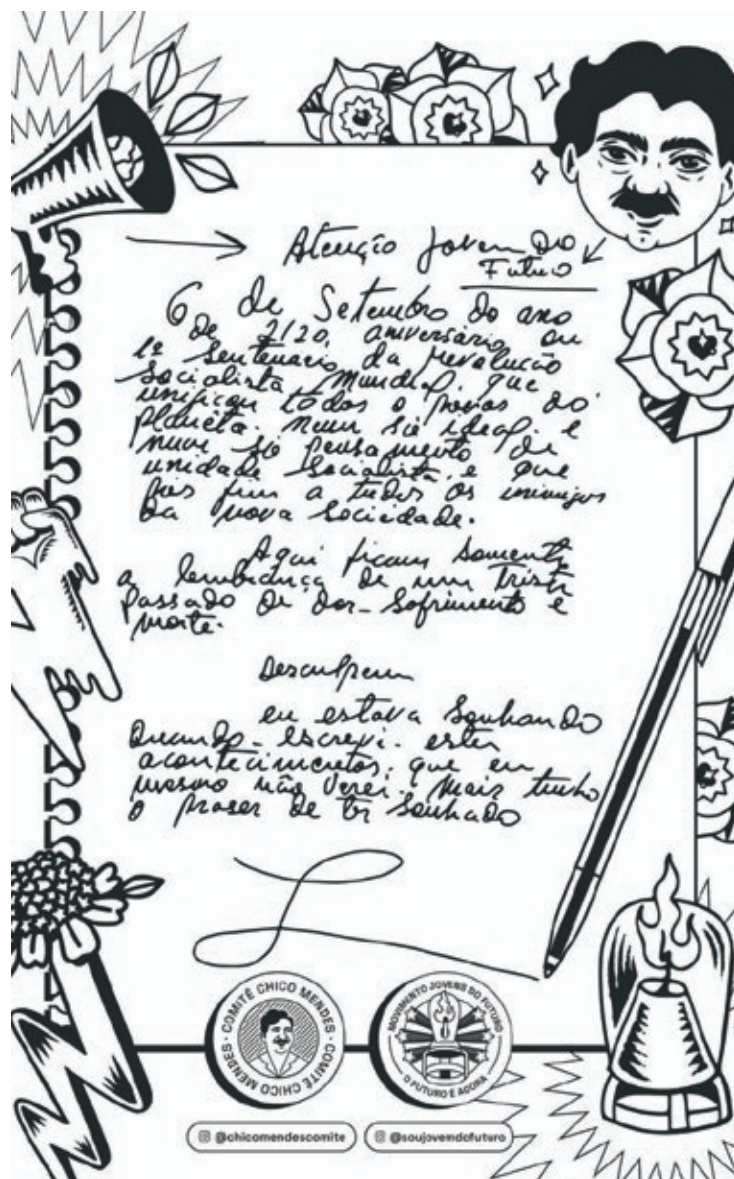
concluir o envio significa mais eficiência para as denúncias apresentadas no aplicativo. “Melhorar o pardal é melhorar a fiscalização feita pelo Ministério Público e a Justiça eleitoral”, declarou Cruz que também é professor no programa de pós-graduação em Direito Digital da Fundação Getúlio Vargas.

Somente denúncias de propaganda irregular são aceitas pelo Pardal. Para desinformação, há um botão no aplicativo redirecionando ao Sistema de Alerta de Desinformação Eleitoral (Siade) ou ao Ministério Público Eleitoral para crimes eleitorais. Denúncias de desinformação também podem ser enviadas pelo SOS Voto através do número 1491.



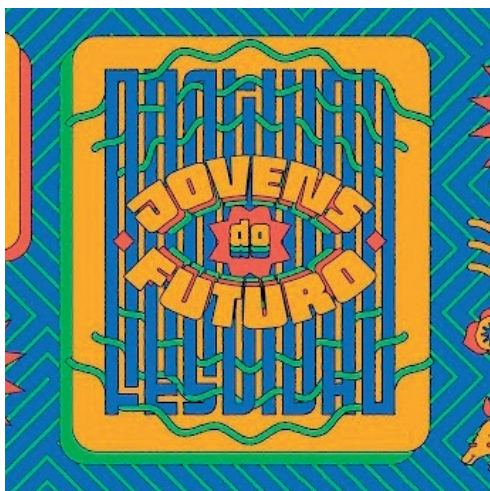
FESTIVAL JOVENS DO FUTURO

Todo começo de setembro, no Acre, o Comitê Chico Mendes realiza o Festival Jovens do Futuro, em memória de Chico Mendes e em defesa de um futuro sustentável para a Amazônia. O dia foi escolhido porque nesta data, no ano de 1988, Chico Mendes escreveu sua carta-testamento para a juventude do futuro. Em 1988, três meses antes de ser assassinado, o ambientalista Chico Mendes deixou uma carta convocando a juventude do futuro para seguir na luta por um mundo mais justo e mais feliz. A carta é endereçada aos e às jovens de 2120, que, segundo os sonhos de Chico, estariam celebrando 100 anos de revolução e resistência na Amazônia. Com inspiração no "testamento" que Chico deixou para as juventudes, o Comitê Chico Mendes iniciou, no ano de 2020, a realização do Festival Jovens do Futuro, que visa fomentar e difundir as ideias do grande líder que foi Chico Mendes. Ao longo dos últimos anos, foram realizadas 6 edições do Festival, as duas primeiras no formato virtual e as demais no formato híbrido, com atividades presenciais no Acre, compartilhadas, via redes sociais, para outras audiências, em especial para pessoas jovens do Brasil e do mundo.



VIVA CHICO MENDES! VIVA O FESTIVAL JOVENS DO FUTURO!

2020



2021



2022



2023



2024



21.704 - Memória e Legado
Chico Mendes

Rio Branco (AC)

Convênio celebrado em
11/12/2023





Ilustração: José Luis Principe/ Looch/ divulgação



TRAVESSIAS NECESSÁRIAS PARA UMA SOCIEDADE BIOCENTRADA

Leonardo Boff

Há uma percepção mais ou menos generalizada de que a vida humana no planeta Terra assim como se apresenta não pode continuar. Na verdade, ela se encontra numa encruzilhada: ou muda ou corre o risco de ir ao encontro de uma incomensurável tragédia ecológico-social.

Há indicadores inegáveis. O mais sensível é o acelerado aquecimento global. Só em 2023 foram lançadas na atmosfera perto de 40 milhões de toneladas de CO², que permanece na atmosfera por cerca de cem anos. O aquecimento até 1,5°C projetado para 2030 foi antecipado.

Das nove fronteiras planetárias (*Planetary Boundaries*: desde as mudanças climáticas até os microplásticos) seis já foram rompidas. Cientistas afirmam que se rompermos a sétima e a oitava pode ocorrer um desastre sistêmico, capaz de ameaçar a civilização.

A disputa pelo domínio geopolítico do mundo entre USA, Rússia e China, pode culminar numa hecatombe nuclear, deixando o céu branco pelas partículas atômicas, introduzindo uma nova era glacial, extinguindo grande parte da humanidade e da biosfera, tornando miserável a vida dos sobreviventes. E outras mais como a grave escassez de água potável.

Se quisermos sobreviver sobre o planeta Terra precisamos fazer várias travessias inevitáveis.

– Da Terra tida como meio de produção e balcão de recursos entregue ao projeto de um crescimento ilimitado, para a Terra como um Super Organismo vivo, Gaia, Pachamama ou Mãe Terra, com bens e serviços limitados, muitos não renováveis.

– Do paradigma do poder/dominação em vista da conquista do mundo para o paradigma do cuidado da Terra viva e da comunidade de vida.

– De uma sociedade antropocêntrica, separada da natureza, para uma sociedade biocêntrica que se

sente parte da natureza e busca ajustar seu comportamento à lógica da própria natureza e do processo cosmogênico que se caracterizam pela sinergia, pela interdependência de todos com todos, pela cooperação, e por ser mais com menos.

– De uma sociedade industrialista, mercantilista e consumista que deprecia os bens naturais e destrutura as relações sociais de riqueza/pobreza para uma sociedade de sustentação de toda a vida e garantia dos meios de vida para todos os seres humanos.

– Da lógica da competição que se rege pelo ganha-perde e que opõe as pessoas e as empresas, para a lógica da cooperação do ganha-ganha que congrega e fortalece a solidariedade entre todos.

– Da era tecnocrática que, não obstante os benefícios reconhecidos que nos trouxe, devastou grande parte dos ecossistemas, para a era ecológica pela qual todos os saberes e atividades se ecologizam e todos cooperam para salvaguarda do futuro da vida.

– Do antropoceno, que faz do ser humano a grande ameaça à biodiversidade, para o ecoceno, no qual a ecologia será a grande preocupação e todos os seres serão reconhecidos com um valor em si, portadores de direitos e devem ser respeitados.

– De redes sociais voltadas para a desinformação, divisões sociais e ameaças às instituições democráticas, para redes como espaços de comunicação social civilizada e novos conhecimentos.

– Do capital material sempre limitado e exaurível, para o capital humano-espiritual ilimitado, feito de amor, de solidariedade, de respeito, de compaixão, de veneração e de uma confraternização com todos os seres da comunidade de vida.

– Dos Estados-nação para a Terra como a única Casa Comum que deve ser cuidada por uma governança plural

para equacionar os problemas globais de toda a humanidade e do sistema-vida.

– Do projeto “um só mundo e um só império”, mantra da política externa estado-unidense, para “um só mundo e um só projeto coletivo de convivência e sobrevivência”, assumido por todos os povos.

Essa é a grande “conversão ecológica global” exigida pelo Papa Francisco em sua encíclica *Sobre o cuidado da Casa Comum* (2015, n.5). Em outro lugar diz: “estamos no mesmo barco, ou nos salvamos todos ou ninguém se salva”.

Para garantir o futuro da humanidade e da própria biosfera, precisa triunfar um consenso mínimo de natureza ética: o conjunto de visões, valores e princípios que mais congregam pessoas e melhor projetam um horizonte de vida e de esperança para todos.

Seria a já denominada *biocivilização* ou a *Terra da Boa Esperança* que corresponde à *Noosfera* sonhada já em 1933 lá no deserto de Gobi na China por Pierre Teilhard de Chardin. Quer dizer, a esfera nova na qual mentes e corações convergem numa consciência coletiva de espécie, habitando a única Terra que temos.

Essa *biocivilização* é viável e está dentro das possibilidades humanas construí-la na observância da ética da Terra, feita de cuidado, de responsabilidade universal, de acolhida de todas as diferenças e do sentimento de habitar uma Casa Comum junto com toda a comunidade terrenal e a comunidade de vida, sob o olhar benevolente do Criador “que ama tudo o que criou e que não odeia nada do que fez porque é o soberano amante da vida” (Sab 11,24-26).



Leonardo Boff – Leonardo Boff escreveu, junto Rose Marie Muraro, o livro *Feminino & Masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças*, última edição, 2024.



TATURAIA E O CHÁ DA MAROÇA: ENTRE MPOX E BASÓFILOS

José Bessa Freire

***“Coça que coça, coça, coça, comichão
Vai coçar pra outras bandas
e deixa em paz meu coração.”***

Luiz Gonzaga. Aroeira. 1961

Se fosse hoje, as erupções cutâneas, as bolhas e crostas no corpo do Taturaia, um menino então com 7 anos, poderia levantar a suspeita de que ele havia sido atacado pelo vírus da Mpx, a tal da “variola dos macacos”.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) enviaria seus especialistas a Manaus, o bairro de Aparecida ficaria célebre em todos os telejornais nacionais e internacionais. Mas aconteceu em 1954.

Na época, ninguém conseguia curar as lesões na pele do Taturaia. O médico Carvalho Leal, nascido em Urucará, consultado por dona Diva, sua conterrânea urucaraen-

se, estava em campanha eleitoral como candidato ao Senado (UDN vixe, vixe) e mijou fora do caco. Decepcionada, a mãe do Taturaia não votou nele, que foi derrotado.

Buscou, então, a cura do filho no ambulatório situado inicialmente num pavilhão de madeira ao lado do Colégio de Aparecida, em Manaus, onde o padre redentorista Frederico Stratman, paramédico, tratava os doentes do bairro.

Ele examinou os inchaços avermelhados espalhados pelo corpo, rosto, pescoço, cotovelo, braço e joelho do Taturaia, aqui e ali com bolhas, descamação, pele rachada

e uma coceira crônica enlouquecedora. Com sotaque de Oconomowoc, diagnosticou carregando nos “rrr”:
– Dermatite.

Dona Diva perguntou as causas da doença, o padre disse que se tratava de dermatite atópica, que não tinha agente etiológico definido. Mandou dar banhos de água fria e colocar gelo para diminuir a coceira.

Receitou analgésico via oral e uma pomada. Taturaia melhorou, mas sem dinheiro para os remédios, logo tudo voltou a ser como dantes no quartel de Abrantes. A coceira veio com mais força.



MAROCA, A BENZEDEIRA

Vai daí, dona Diva consultou a benzeadeira Maria do Capinzal, a Maroca, mãe do Fernando Gogó, uma sábia afrodescendente, que havia chorado na barriga da mãe e tinha o dom de adivinhar as coisas.

De noite, dormindo, ela descobriu a causa daquela cafubira. Sonhou que o Taturaia havia mamado, escondido, no buraquinho da lata de leite condensado e quase engoliu uma barata que estava lá dentro, cujas patinhas coçaram a língua dele.

Foi pá, casca! Encostado na parede, o menino confessou haver efetivamente assaltado na despensa da mãe a lata já usada, que estava aberta com dois buraquinhos, por um deles entrou a baratinha, sem fita no cabelo, nem dinheiro na caixinha. A partir dessa informação, o diagnóstico da Maroca foi preciso:

– Diacho, isso é seborreia! Foi a barata.

Com seus olhos bonitos e ovoides de maracujá, Maroca examinou a criança, invocou o Orixá Obatalá, rezou *Baba yetu, yetu ulive* – versão do Pai Nosso em língua *swahili* – e receitou chá de folha de melão-de-são-caetano, erva-de-lavadeira e mamoeiro bravo para tomar antes das refei-

ções, além do tratamento tópico: lavagem das perebas, curubas e piras com cascas de pau-d’arco, deixadas de molho em dois litros de água misturada com cuspe de homem, que devia estar em jejum e ser respeitador de mulher.

Não foi fácil localizar em Manaus um cuspidor com tais qualidades. “Achar macho é muito fácil, tem aos montes, o difícil é achar homem” – canta Nara Leão em “Cabra Macho”. Felizmente encontraram lá na Cachoeirinha o militante do Partidão, Geraldo Campello, então namorado de Maria Pucu, e um tal de Paivinha, estudante de direito, mais tarde presidente da OAB-AM com nome completo de José Paiva de Souza Filho.

Os dois deram uma cusparada certa na casca do pau d’arco. Deu certo. As pústulas pruriginosas desapareceram.

OS BASÓFILOS

Curado, Taturaia jurou que nunca mais, nunca, sugaria o leite condensado que devia ser compartilhado com seu irmão Guardinha e com a irmã Graça. Garantiu ainda que nunca mais, nunca, assaltaria a goiabeira do quintal da Maroca, cheia de goia-

bas vermelhas, de casca amarelada e, por dentro, rosada.

– Esse um está mesmo curado, seu menino – disse a Maroca.

Os moleques do Beco da Bosta deixaram de *bullyngnar* o Taturaia, com gritos de “*pira pirento, macaco fedorento*”, o que lhe havia causado danos psicológicos, a ponto de ter sido diagnosticado pela doutora Elisângela como autista, quando o autismo ainda nem era diagnosticado com tanta frequência. Foi um final feliz de uma doença, cujo diagnóstico só agora, 70 anos depois, desconfio que podia ser.

Lembrei do Taturaia porque nesta semana fui acometido de coceira infernal no meio de uma tosse intensa com suspeita de coqueluche. O exame de sangue mostrou que os basófilos – a quem nunca fui apresentado – estavam altíssimos.

O doutor Orlando me explicou que, presentes no nosso sangue, os basófilos são parte do nosso sistema imunológico e, quando em baixa concentração, defendem o organismo de infecções. Quando em alta, porém, causam a basofilia, que acarreta dermatite crônica e urticária.

Não entendi bulhufas sobre a informação de que os “*grânulos metacromáticos dos basófilos*,”



Padre Frederico, médico, enfermeiro, parteiro, electricista e mecânico



Pavilhão de madeira ao lado do Colégio de Aparecida onde funcionou inicialmente o Ambulatório paroquial

maiores do que dos outros granulócitos, contém enzimas hidrolíticas, fatores quimiotáticos para neutrófilos e eosinófilos". Eu hein? Me inclui fora dessa.

Além disso, foi difícil entender que diariamente nosso organismo produz cem bilhões de basófilos. Assim, não tem curuba de peruano que aguento. Não sei se a Maroca e o padre Frederico sabiam disso e se ele explicou ao pessoal do Apostolado da Oração.

CRUZ COM TRÊS RAMOS

Alguns anos depois, ainda havia quem sacaneasse o Taturaiá, quando a Rádio Baré tocava Aroeira, uma das mais de 600 músicas gravadas por Luiz Gonzaga, cuja letra anunciava:

*"Teu amor comicha mais que aroeira
Vou fazer uma benzedura, pra ele não me comichar
Faço uma cruz com três rami-
nhos de alecrim
pra teu amor não coçar em mim."*

Não sei se a barata que coça a língua de humanos aumenta os basófilos. Ignoro se Taturaiá tinha basofilia. Só sei que a benzedura da Maroca curou aquilo que ela denominou de seborreia. Quanto a mim, a coceira está desaparecendo lentamente, graças ao doutor Orlando e às rezas diárias de minhas 8 irmãs reunidas no grupo de zapp. Funciona assim. Uma delas pede:

– Para curar a basofilia do nosso irmão, rezemos ao Senhor.

E todas respondem:

– Oh, Senhor, escutai a nossa prece. Xô, basofilia! Xô, Bozófilia!

P.S. – Geraldo Campello e Paivinha, lá do Além, entraram no grupo de oração e pediram:

– Manaus merece ser amada. Para que Félix Valois (PT), candidato a vereador, leve para a Câmara Municipal de Manaus seus 81 anos de experiência e militância, com uma votação que puxe outros candidatos, rezemos ao Senhor.

As meninas minhas irmãs, em coro, entoaram: Oh, Senhor, escutai a nossa prece.



José Bessa Freire – Escritor. Indigenista. Conselheiro da Revista Xapuri. Excerto da crônica 1.746, aqui editada por limitação de espaço, publicada em seu blog <https://taquiprati.com.br/>.





O PIANO QUE TOCA SOZINHO

— José Gil Barbosa Terceiro

O piano é um instrumento musical de cordas percussivas, inventado por Bartolomeo Cristofori em 1709, no qual, para a produção do som, cada tecla (peça de madeira), ao ser percutida, aciona um único martelo (peça de madeira recoberta por material macio, geralmente o feltro) que, então, toca nas cordas esticadas e presas numa estrutura rígida de madeira ou de metal.

As cordas percutidas vibram e produzem o som, que é amplificado pela grande caixa de ressonância. Ganhou esse nome por oferecer ao instrumentista a possibilidade de um som leve ou forte na mesma tecla, dependendo da força empregada.

Por muito tempo foi o instrumento preferido das elites. O instrumento, além de ser considerado parte obrigatória da educação das mais refinadas famílias, se prestava muito bem a saraus e reuniões, opções de convívio social adequadas à sociedade da época, e teve seu auge nos séculos 19 e 20. Por ser um instrumento caro, até por conta de seu tamanho, era ainda símbolo de status e poder, pois não era qualquer um que podia possuir um piano em casa.

Notícias dão conta de que, durante todo o período do Brasil Colônia, a manutenção e até mesmo a fabricação de pianos eram entregues a artesãos. Alguns conseguiram construir pequenas fábricas, mas a pequena produção atendia apenas

ao mercado regional e não fazia frente às importações de pianos europeus.

No final do século 19 surgiu a primeira fábrica de pianos do Brasil, a Nardelli, em São Paulo, para competir com os instrumentos estrangeiros. Todas as peças eram importadas e alguns modelos, todos de 85 teclas, possuíam a excelente mecânica americana Pratt-Read.

A partir daí, vários outros empreendedores, muitos deles judeus alemães que migraram para o Brasil e trouxeram na bagagem as técnicas construtivas de pianos, se dedicaram à fabricação desses instrumentos.

O país chegou a ter cerca de 90 fábricas, oferecendo instrumentos dos mais variados níveis de qualidade. Marcas como Albert Schmolz, Cirei, Sohn Jeg, Natal, Lichtner, Lux, J. Hoelzl e outras surgiram e desapareceram sem deixar maiores vestígios. Outras, no entanto, se consolidaram e fizeram história.

Hoje o instrumento tem entrado em declínio e a maioria dos fabricantes clássicos fechou as portas. Em 1909, mais de 364 mil exemplares eram vendidos por ano nos Estados Unidos. Hoje, não passam de 40 mil. Outros instrumentos tomaram o lugar e a preferência dos interessados em fazer música. Antes mais comuns, hoje os pianos são verdadeiras peças de museu.

Há muito tempo atrás, na cidade de Guadalupe, Piauí, uma rica fa-

mília adquiriu a propriedade de um desses instrumentos. Diz-se que era sempre usado em festas e eventos familiares. Um dia, os membros da família viajaram e faleceram vítimas de um acidente de avião.

Depois do evento fatídico que vitimou seus donos, o piano foi doado a uma escola, onde permaneceu jogado em um canto por alguns anos, ocasião em que, volta e meia, alunos, professores e outros funcionários eram surpreendidos com o instrumento tocando sozinho. Fala-se mesmo que um vigia da escola, após um concerto noturno assombroso, pediu demissão.

Acredita-se que o instrumento seja assombrado pelo espírito de um de seus antigos proprietários, que, em vida, tinha muito gosto em tocá-lo.

Hoje, “o piano que toca sozinho” encontra-se em um museu daquela cidade, onde muitos funcionários dizem já tê-lo ouvido tocar sozinho. “A antiga funcionária, antes de mim, já ouviu ele tocar. Eu nunca ouvi, se eu ouvir, vou parar de trabalhar, porque vou ficar com medo!”, brincou Marize Delmontes, coordenadora do Museu de Guadalupe.



José Gil Barbosa Terceiro –

Folclorista, escritor, pesquisador e gestor do site Causos Assustadores do Piauí

<https://causosassustadoresdopiaui.wordpress.com/>, onde publica os causos, mitos e lendas.

DIGA NÃO À **PEC** DA MORTE

Em defesa do direito à aposentadoria, o Sinpro-DF lança a campanha DIGA NÃO À PEC DA MORTE. O objetivo é barrar a Proposta de Emenda à Constituição 66/2023, que obriga todos os entes federativos a adotarem integralmente em seus Regimes Próprios de Previdência Social a reforma da Previdência de 2019, de Jair Bolsonaro. Isso inclui aumento da idade mínima para aposentadoria, tempo maior de contribuição, redução dos valores de benefícios e aumento das alíquotas de contribuição para servidores ativos e aposentados.

Há apenas uma exceção para aplicação da PEC 66: entes federativos que previrem em seus regimes próprios de previdência social regras ainda mais rígidas, estão isentos da adoção das normas definidas à União. Ou seja, para a PEC 66, quanto piores forem as prescrições da aposentadoria, melhor.

Articulada na marcha dos prefeitos em Brasília, a PEC 66 incorre em, ao menos, três ilegalidades. Ela viola o pacto federativo ao retirar a autonomia dos entes federativos; viola o princípio da proibição do retrocesso social ao adotar regras ainda mais prejudiciais a servidores públicos do que as previstas na reforma da Previdência de 2019; e sustenta uma prática antissindical ao inviabilizar sindicatos que representam servidores públicos de construírem políticas previdenciárias.

O Sinpro-DF está mobilizado para barrar a PEC 66, a partir de um calendário de lutas composto por ações que envolvem não só a categoria do magistério público, mas todas as organizações sociais e sindicais, em nível nacional, que defendem um serviço público forte e de qualidade.



Acesse o QR Code para
saber o que é a PEC 66 e
como ela prejudica você





ADRIANA ACCORSI: UMA MULHER DE LUTA

Zezé Weiss

Adriana Accorsi é uma dessas bravas e brilhantes mulheres que ousam quebrar paradigmas colorindo de lilás o mundo machista da política.

Advogada, delegada de polícia, duas vezes deputada estadual (2015–2023) e, em 2022, eleita a sexta Deputada Federal mais votada no estado de Goiás (2023–2027), a petista disputa a Prefeitura de Goiânia, nas eleições de 6 de outubro, com chances de vitória, segundo as pesquisas eleitorais.

Candidata a prefeita pela Coligação Pra Cuidar de Goiânia (PT, PCdoB, PV, Rede, PSol, PSB e PMB), tendo como parceiro de chapa o ex-reitor do Instituto Federal de Goiás, Jerônimo Rodrigues, conhecido como Professor Jerônimo (PSB), Adriana propõe-se, segundo ela própria, a levar para a Prefeitura, se eleita, “o jeito petista de governar, voltado para o gentil cuidado com a cidade e a atenção amorosa com as pessoas”.

Defensora intransigente da justiça e da inclusão social, Adriana traz de berço inalienáveis compromissos com a transformação da sociedade e com a democracia. Filha do ex-prefeito de Goiânia, Darci Accorsi, a Deputada Federal conta que foi do pai, fundador do PT, uma das frases que a motivaram a entrar para a política: “Em nosso país, poucos têm muito e muitos têm muito pouco, não dá pra não fazer nada”.

Adriana iniciou sua militância no movimento estudantil, graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG), tornou-se especialista em Segurança Pública e Ciências Criminais, e foi a primeira mulher Delegada Geral da Polícia Civil do estado de Goiás, com grande atuação em defesa das mulheres, crianças e por uma polícia mais humana.

Como Delegada Titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (Depai), onde permaneceu por mais de oito anos (2003–2011), liderou centenas de investigações, sobretudo em casos de pedofilia, homicídios e exploração sexual de crianças e jovens.

Antes de embarcar na carreira parlamentar, em 2013 foi Secretária Municipal de Defesa Social de Goiânia, convidada pelo prefeito Paulo Garcia, do Partido dos Trabalhadores, experiência que a preparou para defender o estímulo à participação popular em seu provável mandato como prefeita, a partir de janeiro de 2025.

Vestida de lilás, a cor da mulher, por ela adotada para esta campanha de 2024, Adriana diz que, com tanta dificuldade para a participação das mulheres na política, é importante associar a cor lilás com seu compromisso “na luta por direitos e contra a violência”.

Com relação ao seu plano de Governo, Adriana resume em uma

frase: “Goiânia merece educação, beleza, organização, saúde e segurança”. Adriana propõe investimentos para garantir o desenvolvimento da primeira infância. E, para o combate à criminalidade e à violência urbana, recorre à expertise como delegada, a fim de defender uma parceria entre a Polícia Militar e a Polícia Civil de Goiás.

Goiana de Itapuranga, nascida em 17 de março de 1973, militante filiada ao PT desde 1990, Adriana Sauthier Accorsi é mãe de duas meninas, Verônica e Helena, e compartilha sua vida com o filósofo e assessor parlamentar Fabio Fazzion.

Como candidata a prefeita, Accorsi traz para a campanha a experiência profissional na vida pública, a habilidade na atuação como parlamentar, a herança política do pai e o exemplo de militância da mãe, Lucide Sauthier, também fundadora do Partido dos Trabalhadores e hoje dirigente do PT no município de Bela Vista de Goiás.



Zezé Weiss - Jornalista.
Editora da Revista Xapuri.

CARTA DOS EDUCADORES DO BRASIL PARA AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024



A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) apresenta à sociedade brasileira, nessas eleições municipais de 2024, a Plataforma Eleitoral para a Educação Pública do país. Os princípios aqui elencados não se limitam e tampouco se circunscrevem a campos políticos ideológicos ou partidários específicos.

Trata-se de priorizar os direitos assegurados nos sistemas públicos de ensino, bem como os da seguridade social dos/as educadores/as aposentados/as, como o fim dos confiscos previdenciários instituídos pela Emenda Constitucional nº 103, que devem ser defendidos e assumidos por todos/as os/as postulantes aos cargos públicos em disputa nessas Eleições Municipais.

Conclamamos a sociedade brasileira, e especialmente as comunidades escolares de todo país, a defenderem candidaturas que apoiem as seguintes pautas:

- 1.** Consolidar o sistema público das redes municipais de ensino, com amplo acesso e permanência dos/as estudantes na escola pública, inclusive na Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- 2.** Fortalecer a gestão democrática da educação, com eleições diretas para as direções escolares e valorização dos projetos político-pedagógicos em cada instituição educacional.
- 3.** Consolidar na sua cidade o funcionamento livre e pleno dos conselhos, fóruns e demais espaços de participação social, bem como o debate e a construção do Plano Municipal de Educação (PME).
- 4.** Instituir políticas participativas contra a violência e pela paz nas escolas.
- 5.** Defender a escola pública desmilitarizada, laica e democrática.
- 6.** Atuar contra a privatização escolar, inclusive através de parcerias público-privadas (PPPs).
- 7.** Assegurar o investimento mínimo constitucional de 25% das receitas em Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE) e do FUNDEB, além de outros recursos necessários para garantir infraestrutura, saneamento, água potável e todos os recursos pedagógicos para a aprendizagem estudantil.
- 8.** Instituir Política Municipal de Valorização Profissional por meio de formação inicial e continuada, acesso às carreiras por concurso público, piso salarial e plano de carreira para professores/as, especialistas e funcionários/as da educação.
- 9.** Fomentar a formação dos/as Funcionários da Educação, através do programa Profuncionário, e promover políticas contra a terceirização dos/as profissionais da educação.
- 10.** Fomentar a criação e a gestão compartilhada de políticas para a Saúde dos/as Trabalhadores/as em Educação.

Essas são algumas das pautas prioritárias da CNTE, às quais se somam outras defendidas pelos sindicatos da educação, em cada Município.



XAPURI

CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

VEN COM A GENTE!

**REVISTA
IMPRESSA**

ANUAL

R\$ **360**,00
12 EDIÇÕES

BIANUAL

R\$ **600**,00
24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ! WWW.XAPURI.INFO/ASSINE

